



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - DEFIL
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

BANALIDADE DO MAL NA ERA DIGITAL; AS REDES SOCIAIS COMO UMA
FERRAMENTA DA BARBÁRIE

ANTONIO JOSÉ SILVA LIMA

SÃO LUÍS
2025

ANTONIO JOSÉ SILVA LIMA

BANALIDADE DO MAL NA ERA DIGITAL; AS REDES SOCIAIS COMO UMA
FERRAMENTA DA BARBÁRIE

Monografia apresentado ao curso de Graduação em
Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Licenciatura Plena em Filosofia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Olilia Serra

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva Lima, Antonio José.

BANALIDADE DO MAL NA ERA DIGITAL; AS REDES SOCIAIS COMO
UMA FERRAMENTA DA BARBÁRIE / Antonio José Silva Lima. -
2025.

71 f.

Orientador(a): Maria Olívia Serra.

Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Banalidade do Mal. 2. Propaganda. 3.
Totalitarismo. 4. Verdade e Política. 5. Bullying. I.
Serra, Maria Olívia. II. Título.

ANTONIO JOSÉ SILVA LIMA

BANALIDADE DO MAL NA ERA DIGITAL; AS REDES SOCIAIS COMO UMA
FERRAMENTA DA BARBÁRIE

Monografia apresentado ao curso de Graduação em
Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, para
obtenção do grau de Licenciatura Plena em Filosofia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Olília Serra

Aprovada em: _____ de _____ de 2025.

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Maria Olília Serra (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a. Mestra Judite Eugênia Barbosa Costa
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a. Dr.^a. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Às futuras gerações, que busquem
sempre a verdade e justiça.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que me apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, à minha mãe, por seu amor incondicional e incentivo constante. À minha madrinha Izimaria, pelo carinho e apoio em todos os momentos. Ao senhor Rafael e Idomaria, pela generosidade e orientação valiosa. À Raymara, pela amizade e força que sempre me inspiraram. À senhora Joseli B Ferreira, Dona Nalda Cavalcante e Gerusa Cavalcante pelo acolhimento e sabedoria que compartilharam comigo. Aos meus irmãos e irmãs, pelo companheirismo e apoio inabalável. Aos amigos da turma, pela parceria e momentos de descontração que tornaram tudo mais leve.

Um agradecimento especial à Jessica Silva, Amanda Cristina, Raquel Frazão e Alinne Cardoso, pela amizade, colaboração e motivação que foram fundamentais nessa jornada. Aos professores, pelo conhecimento e dedicação que enriqueceram meu aprendizado. E, principalmente, à minha orientadora Olília Serra, pela paciência, orientação e comprometimento em me guiar com excelência. Este trabalho não seria possível sem o apoio de cada um de vocês. Muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho analisa o conceito de banalidade do mal, proposto por Hannah Arendt, e sua aplicação ao contexto contemporâneo das redes sociais. A pesquisa investiga como essas plataformas têm sido utilizadas como instrumentos de disseminação de mentiras organizadas, discursos de ódio e práticas como o cyberbullying, que refletem a banalização da violência e a desumanização do outro. O estudo também aborda o papel das propagandas totalitárias na manipulação das massas, destacando como essas práticas distorcem a verdade e fragilizam o debate público. A partir da perspectiva arendtiana, o trabalho confronta a proliferação de fake news e a normalização da violência nas redes sociais, evidenciando como a ausência de reflexão e a obediência cega a normas ou ideologias podem levar à banalização do mal e, conseqüentemente, à barbárie. Discute-se ainda a importância da educação como ferramenta essencial para combater a atomização dos indivíduos e promover uma cultura de respeito e empatia.

Palavras-chave: banalidade do mal, propaganda, totalitarismo, verdade e política, bullying.

ABSTRACT

This work aims to analyze the concept of the banality of evil, proposed by Hannah Arendt, and its application to the contemporary context of social media. The research investigates how these platforms have been used as instruments for the dissemination of organized lies, hate speech, and practices such as cyberbullying, which reflect the trivialization of violence and the dehumanization of others. The study also addresses the role of totalitarian propaganda in mass manipulation, highlighting how these practices distort the truth and weaken public debate. From an Arendtian perspective, the work confronts the proliferation of fake news and the normalization of violence on social media, demonstrating how the absence of reflection and blind obedience to norms or ideologies can lead to the banalization of evil and, consequently, to barbarism. The importance of education as an essential tool to combat the atomization of individuals and promote a culture of respect and empathy is also discussed.

Keywords: banality of evil, propaganda, totalitarianism, truth and politics, bullying.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O SOLO DA BANALIDADE DO MAL: O TOTALITARISMO	14
1.1 A PROPAGANDA TOTALITÁRIA	19
2. CYBERBULLYING: CONCEITO E O CASO BRASIL	24
2.1 AS REDES SOCIAIS E O BULLYING	28
2.2 - A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO	30
3. A BANALIDADE DO MAL E A QUESTÃO DAS FAKE NEWS	32
3.1 - DO MAL RADICAL AO MAL BANAL	48
3.2 - BANALIDADE DO MAL E BARBÁRIE	58
CONSIDERAÇÃO FINAL.....	60
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

Em 399 a.C., Sócrates foi condenado à morte por um tribunal ateniense sob a acusação de corromper a juventude e desrespeitar os deuses da cidade. Esse episódio, narrado por Platão em *Apologia de Sócrates*, revela um dos primeiros embates entre a busca pela verdade e a tirania da maioria. Sócrates, ao questionar as crenças e os valores de sua sociedade, tornou-se um mártir da filosofia, destacando o perigo de uma massa que age sem reflexão crítica. Esse fato histórico e filosófico ecoa de maneira perturbadora no contexto digital atual, onde as redes sociais muitas vezes funcionam como um tribunal virtual, julgando e condenando indivíduos sem espaço para diálogo ou nuance.

À luz dos conceitos de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal, é possível traçar um paralelo entre a condenação de Sócrates e a dinâmica das redes sociais. Assim como os atenienses agiram movidos por medo e conformismo, muitos usuários das plataformas digitais perpetuam discursos de ódio, desinformação e perseguição sistemática, muitas vezes sem questionar as consequências de suas ações. A liberdade de expressão, tão cara à democracia, é frequentemente distorcida para justificar práticas que desumanizam e silenciam vozes dissidentes.

O cyberbullying, por exemplo, reflete essa mesma lógica de condenação sem julgamento justo, onde indivíduos são atacados e excluídos sem direito à defesa. A atomização dos sujeitos, a perda da capacidade de diálogo e a normalização da violência virtual são sintomas de uma sociedade que, assim como a Atenas de Sócrates, corre o risco de sucumbir à tirania da maioria.

A banalidade do mal, como Arendt nos alertou, não reside apenas nos grandes atos de violência, mas na passividade e na ausência de pensamento que permitem que esses atos se perpetuem. Torna-se evidente que esse espaço virtual frequentemente propicia o aparecimento de tendências totalitárias, funcionando como um canal para a disseminação de práticas bárbaras. Isso se manifesta de forma clara na propagação de mentiras orquestradas e no discurso de ódio que se oculta sob a bandeira da liberdade de expressão,

além da implementação de perseguições sistemáticas, tanto na esfera tradicional, como o bullying, quanto na virtual, englobando o cyberbullying, cuja frequência se intensifica de maneira alarmante a cada dia, resultando em indivíduos cada vez mais atomizados.

Os regimes totalitários, mesmo em contextos em que não exercem controle total, necessitam empregar propaganda para se conectar com o público, engajando inclusive segmentos não doutrinados de sua própria população e o público externo. A sociedade de massa, surgida com a revolução industrial, é vista como o solo fértil para os regimes totalitários, que se fundamentaram no desenraizamento e na coletivização de áreas essenciais da vida. Arendt destaca que, no nazismo, o uso do terror superou o da propaganda, mostrando à massa o perigo de pertencer a partidos opositores.

Em 2023, o governo federal divulgou um relatório sobre incidentes em instituições de ensino, revelando que, de 2002 a 2023, foram registrados 36 ataques. Esse dado evidencia que as escolas se tornaram espaços de violência, onde o bullying se destaca como uma das causas que contribuem para esse cenário. Embora a perseguição sistemática desempenhe um papel de destaque, a violência extrema nas escolas resulta de diversas causas e não deve ser reduzida apenas a questões relacionadas à saúde mental dos agressores.

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial em casos de cyberbullying, com 29% das ocorrências, ficando atrás apenas da Índia, que apresenta 37%, de acordo com uma pesquisa do Instituto Ipsos. Ademais, muitos desses ataques em instituições de ensino são atos de imitação, e o crescimento do cyberbullying, associado ao uso indevido das tecnologias, agrava ainda mais a situação.

Esse presente trabalho sugere que o bullying está intimamente ligado à dinâmica social dos grupos e à opressão que as crianças enfrentam nesse ambiente. A análise de Arendt sobre a crise na educação ressalta a necessidade de abordar essas questões de maneira construtiva, reconhecendo as falhas nas abordagens atuais.

Nesse contexto, a autora enfatiza como a verdade pode ser manipulada em tempos de crise, examinando de que forma interesses políticos podem distorcer ou ocultar informações em função de metas específicas. Arendt considera a política um espaço onde a verdade factual desempenha um papel crucial no diálogo político, evitando assim a manipulação e a propagação de notícias falsas. Com a ascensão das redes sociais, a

propagação de fake news se torna um desafio central na política moderna, permitindo a manipulação da opinião pública com dados enganosos.

A análise da conexão entre verdade, política e comunicação ressalta a necessidade de transparência e responsabilidade na propagação de informações verdadeiras, visando assegurar a integridade do debate público e a edificação de uma sociedade alicerçada na verdade e na ética.

Nessa perspectiva, um exemplo notavelmente lamentável é o livro *Os Protocolos dos Sábios do Sião*, uma obra de teor conspiratório que sustenta um suposto plano de dominação global por parte dos judeus e comunistas. Este material, largamente disseminado no contexto do antissemitismo, foi instrumentalizado para fomentar o ódio contra os judeus e serviu de alicerce para a propaganda antijudaica promovida pelos nazistas. O texto é um plágio de obras como a sátira de Maurice Joly¹, que criticava Napoleão III, além de incorporar citações atribuídas a Maquiavel para sustentar a narrativa de um plano global de controle. No Brasil, o Plano Cohen exemplifica como falsificações semelhantes foram utilizadas para instaurar regimes totalitários, como no golpe de 1937 que resultou no Estado Novo de Getúlio Vargas.

O uso dessas redes sociais para disseminar desinformação contribui para o cyberbullying. Além disso, seu uso na política serve como arma em campanhas difamatórias, como no caso do "Gabinete do Ódio" no Brasil, em que perfis falsos eram usados para atacar opositores políticos com informações enganosas. A manipulação digital e a disseminação de fake news continuam a representar desafios significativos para a sociedade contemporânea, resultando em um ambiente onde a desinformação é disseminada rapidamente e sem restrições, alimentam os discursos de ódio.

¹ No ano de 1864, o autor francês Maurice Joly lançou de forma clandestina sua obra "Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu". O envolvente debate entre esses dois notáveis pensadores históricos visava, além de uma finalidade literária, objetivos bastante específicos: traçar os argumentos clássicos que sustentavam tanto o autoritarismo, representado pelo 'espírito da força' de Maquiavel, quanto o liberalismo, encarnado pelo 'espírito do direito' de Montesquieu. Além da construção ficcional deste confronto, Joly tinha outra intenção: criticar abertamente o regime autoritário de Napoleão III. As estratégias utilizadas pelo imperador francês para consolidar e manter o poder eram apresentadas como exemplos do comportamento autoritário, o que levou Joly, após ser identificado como o autor do panfleto, a cumprir quinze meses de prisão. Este episódio se destaca como uma importante etapa na história do debate sobre temas perenes da política e filosofia política.

É essencial que os indivíduos estejam vigilantes e empreguem pensamento crítico ao consumir informações, especialmente nas plataformas digitais, a fim de combater a propagação de informações falsas e garantir um debate político saudável e baseado em fatos.

A liberdade de expressão proporcionada pelas redes sociais criou uma falsa noção de que a internet é uma terra sem lei, onde o anonimato gera bolhas sociais incapazes de compreender as diferenças. Grupos se formam em torno das mesmas ideologias em *apps*² de mensagens ou redes sociais, criando um ambiente propício ao mal, incluindo totalitarismo, discurso de ódio e intolerância.

Hannah Arendt aborda o conceito de "mal radical", ligado ao totalitarismo, onde indivíduos se tornam supérfluos e descartáveis. Kant aborda o mal como uma inclinação deliberativa para desconsiderar a lei moral em prol de desejos pessoais. Além disso, a ideia da "banalidade do mal" e a afirmação de que Eichmann³ "não era um 'monstro', mas sim um palhaço" foram mal interpretadas por muitos como uma tentativa de minimizar a gravidade dos eventos e ofender as vítimas. Ela argumentava que Eichmann não tinha motivações diretas para seus atos e nunca refletiu sobre o significado moral e político de suas ações.

A falta de imaginação de Eichmann foi apontada por Arendt como o motivo que o levou a se tornar um dos grandes criminosos de sua época. A linguagem burocrática e clichês utilizados por Eichmann o desconectavam da realidade e do impacto de suas ações. Em um apêndice de outra obra, intitulado *Julgar*, ela discute o papel da imaginação na ética e política. Arendt destaca que esse alargamento não se trata de sentir empatia, mas sim de pensar por si mesmo e considerar os pontos de vista de maneira ampla e pública.

Para tanto, esse trabalho está estruturado em três partes essenciais, cada uma delas abordando aspectos fundamentais que contribuem para a compreensão do tema.

² programa de computador concebido para processar dados eletronicamente, facilitando e reduzindo o tempo de execução de uma tarefa pelo usuário.

³ Adolf Eichmann foi um oficial nazista encarregado da deportação de milhares de judeus para campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ele atuou como um dos principais responsáveis pela denominada "solução final" promovida por Adolf Hitler, que resultou na morte de aproximadamente 6 milhões de judeus.

A primeira parte, intitulada O Solo da Banalidade do Mal: O Totalitarismo, explora as bases históricas e filosóficas do totalitarismo, contextualizando o conceito de banalidade do mal. Nesse capítulo, destaca-se como regimes totalitários criam condições para a desumanização e a normalização do mal, enfatizando a importância de compreender esses mecanismos para evitar sua repetição. Em A Propaganda Totalitária, analisa-se o papel da propaganda como ferramenta essencial para manipular as massas, distorcer a verdade e justificar atos desumanos, contribuindo para a banalização do mal.

A segunda parte, Cyberbullying: Conceito e o caso Brasil, dedica-se à definição e análise do cyberbullying, diferenciando-o do bullying tradicional e destacando suas particularidades no ambiente virtual. Em "As Redes Sociais e o Bullying", explora-se como as redes sociais se tornaram um terreno fértil para práticas de violência psicológica e moral, facilitando a propagação de discursos de ódio e a desumanização de indivíduos. Já em A Questão da Educação, discute-se a importância da educação como ferramenta para combater o cyberbullying e promover uma cultura de respeito e empatia, conscientizando indivíduos sobre os efeitos negativos dessas práticas.

A terceira parte, A Banalidade do Mal e a Questão das Fake News, relaciona o conceito de banalidade do mal com a proliferação de fake news, destacando como a desinformação contribui para a degradação do debate público e a instrumentalização da mentira organizada. Em "Do Mal Radical ao Mal Banal", analisa-se a questão do mal em Kant e em Arendt, pois em Kant o mal inerente ao ser humano não é algo natural, mas sim uma consequência da escolha por princípios egoístas, que priorizam interesses pessoais em vez de valores éticos. Na obra *Origens do Totalitarismo*, Arendt emprega o conceito de "mal radical" para se referir ao mal absoluto, como o que foi visto nos campos de extermínio. Em "Eichmann em Jerusalém", ela introduz a ideia de banalidade do mal, aludindo ao comportamento de indivíduos como Adolf Eichmann, cuja superficialidade revelou um abismo entre a trivialidade do agente e a gravidade dos crimes perpetrados. Ao discutir a problemática do mal, Arendt fundamenta-se nas ideias de Kant, mas amplia sua análise, transcendendo o egoísmo (amor de si) e conceituando o mal como banalidade, ou seja, como algo corriqueiro e desprovido de reflexão. Por fim, em "Banalidade do Mal e Barbárie", explora-se como a banalização do mal pode levar à barbárie, especialmente

em contextos em que a desumanização do outro é normalizada e incentivada, convidando a uma reflexão sobre o papel do indivíduo na prevenção dessas práticas.

1. O SOLO DA BANALIDADE DO MAL: O TOTALITARISMO

Hannah Arendt nasceu em 14 de outubro de 1906, em Linden, nas proximidades de Hannover, no Império Germânico, e passou a maior parte de sua infância e adolescência em Königsberg. Filha de Martha e Paul Arendt, recebeu uma educação primorosa em literatura alemã, grego clássico e filosofia moderna e antiga, em um ambiente de elevados padrões, ideais e princípios pré-Primeira Guerra, imersa nas obras de Goethe e Kant. Seus pais pertenciam à primeira geração de profissionais judeus alemães agnósticos, politicamente liberais e altamente instruídos. Em 1924, Arendt ingressou na Universidade de Marburg em meio a uma revolução conduzida pelo jovem Heidegger, que continuava o movimento intelectual iniciado por Edmund Husserl na Universidade de Freiburg. Heidegger exerceu grande influência em seus estudos e em seu pensamento, mas sua dissertação de doutorado, intitulada “O conceito de amor em Agostinho”, foi concluída em 1929, na Universidade de Heidelberg, sob a supervisão de Karl Jaspers, com quem estabeleceu uma profunda conexão de afinidade intelectual, amizade e companheirismo ao longo da vida.

Em 1957⁴ a redigiu sua tese de habilitação para poder lecionar em instituições de ensino superior na Alemanha. Inicialmente focada nos românticos alemães, sua escrita direcionou-se para a vida de Rahel Varnhagen, uma judia alemã que habitou entre os primeiros judeus prussianos que buscaram assimilação na alta sociedade germânica cem anos antes, e com quem Arendt sentiu intensa afinidade devido à sua posição de pária consciente. De certa forma, discorrer sobre Rahel Varnhagen constituiu um meio para

⁴ *Rahel Varnhagen. A vida de uma judia alemã na época do Romantismo*, já estava quase finalizado em 1933, quando Arendt ainda residia na Alemanha. A escrita foi interrompida devido à sua migração para a França e só será retomada e concluída em Paris, em 1938, ano em que foram escritos os dois últimos capítulos. No entanto, sua publicação acontecerá muito tempo depois, apenas em 1957.

Arendt articular a questão judaica e reagir ao crescente antissemitismo ao seu redor. A ascensão nazista na década de 1930 proporcionou-lhe uma virada rumo à política, alterando seus estudos. As primeiras legislações antissemitas de 1933 levaram Arendt a decidir distanciar-se do intelectualismo acadêmico, pois acreditava que os intelectuais haviam caído na armadilha de suas próprias construções. Ela atuou para expor o antissemitismo na Alemanha, foi aprisionada por oito dias e, ao ser solta, fugiu para a França, dando início à sua extensa jornada como apátrida.

Em Paris, prosseguiu sua atividade tentando resistir à ameaça nazista. Com a invasão da França em 1940, Arendt foi encaminhada a um campo de internamento de onde conseguiu fugir para finalmente alcançar os Estados Unidos, tornando-se cidadã americana apenas em 1950. Nos Estados Unidos, publicou as obras que influenciaram o pensamento político do século XX e pelas quais é amplamente reconhecida: *Origens do Totalitarismo* (1951), *A Condição Humana* (1958), *Entre o Passado e o Futuro* (publicado originalmente em 1961, reunindo ensaios de 1954 a 1960, e em 1968 acrescido de mais dois textos), *Sobre a Revolução* (1963), *Eichmann em Jerusalém* (1963), *Homens em Tempos Sombrios* (1968), *Crises da República* (1972) e *A Vida do Espírito* (1978, póstumo e incompleto), *Responsabilidade e Julgamento* (2003), *Compreender: Formação, Exílio e Totalitarismo* (1994) e *Escritos Judaicos* (2007). Estabeleceu sua carreira lecionando em algumas das mais renomadas universidades do país, cercado-se de amigos intelectuais de diversas origens. Faleceu em 04 de dezembro de 1975, em Nova York.

É sabido que, após resistir à ocupação nazista em Paris e fugir para os Estados Unidos, Hannah Arendt vinculou sua reflexão filosófica aos julgamentos históricos de seu tempo, como o Tribunal de Nuremberg, que responsabilizou indivíduos por crimes de guerra. Suas obras, especialmente *Eichmann em Jerusalém*, expandiram o debate sobre a banalidade do mal, questionando a obediência cega em regimes totalitários.

O Tribunal de Nuremberg, realizado entre 1945 e 1946, que julgou os principais líderes nazistas por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes contra a paz. Esse tribunal foi o primeiro a estabelecer a responsabilidade individual por atrocidades cometidas sob ordens de um regime, marcando um precedente legal e moral para o direito internacional. No entanto, Eichmann, que havia fugido para a Argentina após a guerra, não foi julgado em Nuremberg, o que tornou seu julgamento em Jerusalém ainda mais

significativo, o julgamento de Eichmann foi o primeiro grande processo judicial em Israel e teve um impacto profundo na consciência coletiva sobre o Holocausto. Enquanto Nuremberg focou nos líderes nazistas de alto escalão, o julgamento de Eichmann trouxe à tona a figura do burocrata que, sem ser um líder, desempenhou um papel crucial na máquina de extermínio. Esse processo também destacou a importância de testemunhas sobreviventes, cujos relatos emocionantes ajudaram a reconstruir a história do Holocausto e a educar as gerações futuras sobre os perigos do totalitarismo e da indiferença. O julgamento proporcionou um *show* no qual o mundo testemunhou o produto do totalitarismo, um sujeito totalitário que horrorizou a todos por ser absurdamente normal, demonstrando o quanto é desastroso a falta de pensamento crítico, em *Origens do totalitarismo* H. Arendt traz uma análise da natureza dos movimentos totalitários presentes nas formas de governo na Europa, principalmente na Alemanha nazista e na Rússia, o governo totalitário e o governo tirano não são a mesma coisa.

Essas discussões tiveram como ponto de partida uma entrevista feita em 1964 para a televisão alemã. Nessa ocasião, H. Arendt afirma que “o essencial é compreender... escrever é uma questão do processo de compreender” (Arendt, 2008, p.33). Diante do *thauma* inicial ao tomar conhecimento da existência de campos de concentração em 1943, H. Arendt escreve *Origens do totalitarismo*, para compreender aquele fenômeno, faz-se necessário recordar que a palavra grega *thauma* é, primordialmente, um *páthos*, uma emoção, um estado afetivo gerado na alma por algo que, inicialmente, é externo a ela, mas também significa *espanto*, *surpresa*, *perplexidade*.

De acordo com H. Arendt, o livro *Origens do totalitarismo* foi concluído no outono de 1949, após a queda de Hitler e antes da morte de Stálin. A primeira edição foi publicada em 1951. O período de sua redação, a partir de 1945, foi um momento de calma relativa após décadas de caos e horror. Este período testemunhou revoluções pós-Primeira Guerra Mundial, o surgimento de várias novas tiranias, incluindo fascistas, semifascistas, unipartidárias e militares. A consequência desses fatores conduzirá ao estabelecimento de governos totalitários apoiados pelas massas, como na Rússia em 1929, conhecida como a “segunda revolução”, e na Alemanha em 1933.

Diante disso, H. Arendt chama atenção ainda na epígrafe do volume III, intitulada *TOTALITARISMO*, com uma citação a um trecho narrado no livro de David Rousset⁵, a saber: “*Os homens normais não sabem que tudo é possível*”, a escolha dessa referência prenuncia aquilo que a autora irá descrever ao longo da obra, que a normalidade limita a percepção do possível, apontando ainda a ruptura da normalidade de um mundo normal, com o surgimento do totalitarismo.

H. Arendt enfatizou que, com a derrota da Alemanha nazista, terminou um capítulo da história. Por trás disso está um país devastado e um país que parece ter voltado ao “ponto zero”. Este momento marca a nossa primeira oportunidade de refletir sobre acontecimentos contemporâneos à perspectiva de um historiador e à análise rigorosa de um cientista político. Após a derrota da Alemanha, apareceu um grande e quase completo conjunto de documentos cobrindo todos os aspectos dos doze anos do Reich Milenar de Hitler. Adriano Correia (2014)⁶ aponta que, no prefácio de *Origens do totalitarismo*, Arendt ressalta que a proposta do livro é provocar uma reflexão corajosa — ou seja, sem se render a generalizações mecânicas ou teorias dogmáticas — sobre o pesado fardo de nosso tempo, especialmente o desafio que os períodos sombrios impõem à nossa compreensão. Acredito que o aspecto fundamental da perspectiva arendtiana é a conexão entre a emergência do totalitarismo e elementos cruciais da modernidade política europeia, como o antissemitismo, o imperialismo e a sociedade de massas. Mesmo que seja considerado, de certa forma, um filho ilegítimo, o totalitarismo é resultante da modernidade política e não deve ser visto como uma simples manifestação da barbárie (Correia, 2014 *apud* Arendt).

Após os Julgamentos de Nuremberg em 1946, uma vasta coleta de documentos sobre crimes de guerra nazistas foi divulgada, revelando conspirações e agressões.

⁵ David Rousset foca nas pressões psicológicas, nas técnicas de repressão e nas hierarquias que se instauram nos campos, questionando, em última análise, a efemeridade desses locais de terror, que têm uma durabilidade comparável aos totalitarismos que se sucedem interminavelmente. A singularidade da sua obra de referência e a clareza de suas páginas antecederam os escritos de Primo Levi e Robert Antelme, além de exercitarem uma influência crucial sobre Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*.

⁶ Professor titular de ética e filosofia política da Universidade Federal de Goiás, atua nos programas de pós-graduação em Filosofia e em Artes da Cena da UFG, além de ser professor convidado do Programa de Pós-graduação em Direito da USP. Doutor em filosofia (Unicamp/2002), com pesquisas de Pós-doutorado na Freie Universität Berlin (em 2011, com bolsa CAPES/DAAD) e The New School (Nova York, 2017, com bolsa Estágio Sênior/CAPES).

Mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, o totalitarismo não desapareceu na Rússia; pelo contrário, a bolchevização se espalhou pela Europa Oriental. A morte de Stalin em 1953 iniciou um complexo e incerto processo de destotalitarização, que Hannah Arendt tentou entender em sua análise dos fenômenos totalitários, afastando-se das categorias convencionais do pensamento científico.

Segundo Nádia Souki (1995), de um ponto de vista sociológico, a obra de Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*, não visa estabelecer uma teoria do totalitarismo, mas sim apresentar o totalitarismo como uma novidade. Arendt rejeita a causalidade histórica em favor do conceito de "cristalização" para explicar a emergência do totalitarismo, destacando sua natureza radicalmente nova e distinta das formas antigas de dominação. A autora investiga a relação entre o antissemitismo, o imperialismo e o totalitarismo, ressaltando que esses fenômenos representam uma ruptura com a tradição, cada um com suas origens específicas. O antissemitismo moderno é descrito como uma ideologia laica do século XIX que difere radicalmente do antijudaísmo religioso. Arendt sugere que a hostilidade em relação aos judeus está ligada à estrutura do Estado e à desintegração das sociedades nacionais. O imperialismo, por sua vez, é interpretado como a primeira fase da dominação política burguesa, marcando a prioridade da economia sobre a política e resultando em teorias racistas que substituem a raça pela nação. Os principais líderes foram selecionados com base em suas origens "judaicas burguesas" e foram acusados de sionismo. Com o tempo, esse tipo de crítica passou a afetar negativamente as organizações judaicas sionistas, sugerindo que todos os judeus eram sionistas e que todas as entidades judaicas sionistas eram simplesmente "agentes do Império Americano".

Quanto ao totalitarismo, Souki (1995) acrescenta que Hannah Arendt o define como a tendência-limite da ação política na sociedade contemporânea, caracterizada por uma penetração e mobilização máximas. Ela delimita estritamente sua aplicação aos regimes de Stalin e Hitler, apontando para elementos constitutivos específicos que os caracterizam, como a massificação e a busca pela dominação absoluta. A autora reconhece a controvérsia em torno do conceito de totalitarismo e destaca a necessidade de analisar a variedade de elementos que o compõem. Diversos estudiosos, como Bobbio⁷

⁷ Norberto Bobbio (1909-2004) foi um dos mais importantes filósofos políticos e juristas italianos do século XX. Sua obra abrange temas como democracia, direitos humanos, teoria política e filosofia do direito. Bobbio destacou-se por sua defesa do Estado de Direito e da democracia

e Lefort⁸, apresentam perspectivas diversas sobre o totalitarismo, alguns o considerando como um acidente superado, enquanto outros alertam para a possibilidade de seu ressurgimento. O debate sobre o totalitarismo permanece em aberto, com diferentes visões teóricas e políticas sobre sua natureza e relevância histórica. A obra de Arendt é situada dentro do espaço crítico do liberalismo, explorando a banalidade do mal e as consequências da dissolução das sociedades nacionais em governos de massas. A autora busca compreender o totalitarismo como um fenômeno extremo de política de massa na sociedade contemporânea, destacando sua novidade e relevância histórica.

1.1 A propaganda totalitária

“Somente a ralé e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas têm de ser conquistadas por meio da propaganda”, assim H. Arendt inicia o volume III de *Origens do totalitarismo*, no capítulo sobre O movimento Totalitário, que tem por título A propaganda totalitária, no qual a autora traz os argumentos pertinentes para compreender o papel da propaganda como uma forma de padrão de comunicação política, isso porque, no âmbito da esfera pública, a veracidade dos fatos ainda em seu estado primordial preserva a informação, ainda existe a possibilidade de uma abertura para a livre opinião, a propaganda totalitária, por sua vez, rompe com essa estrutura,

liberal, além de suas análises críticas sobre o totalitarismo e o papel da política na sociedade moderna. Entre suas principais obras estão Teoria Geral da Política, O Futuro da Democracia e Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política. Sua contribuição intelectual continua a influenciar debates contemporâneos sobre justiça, ética e governança.

⁸ Claude Lefort (1924-2010) foi um filósofo e teórico político francês, conhecido por suas contribuições à teoria democrática e sua análise crítica do totalitarismo. Discípulo de Maurice Merleau-Ponty, Lefort desenvolveu uma abordagem inovadora ao estudar a democracia como um regime que aceita a indeterminação e o conflito como elementos constitutivos da vida política. Sua obra mais influente, A Invenção Democrática, explora a natureza da democracia moderna e sua relação com a liberdade e a igualdade. Lefort também foi um crítico agudo do totalitarismo, argumentando que ele busca eliminar a divisão social e impor uma falsa unidade. Suas ideias continuam a ser fundamentais para a compreensão da política contemporânea e dos desafios da democracia.

coroe e abala profundamente os alicerces que institui a própria política, a exemplo disso, H. Arendt (1989) destaca:

Por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são forçados a recorrer ao que comumente chamamos de propaganda. Mas essa propaganda é sempre dirigida a um público de fora — sejam as camadas não totalitárias da população do próprio país, sejam os países não totalitários do exterior. Essa área externa à qual a propaganda totalitária dirige o seu apelo pode variar grandemente; mesmo depois da tomada do poder, a propaganda totalitária pode ainda dirigir-se àqueles segmentos da própria população cuja coordenação não foi seguida de doutrinação suficiente. Nesse ponto, os discursos de Hitler aos seus generais, durante a guerra, são verdadeiros modelos de propaganda, caracterizados principalmente pelas monstruosas mentiras com que o Führer entretinha os seus convidados na tentativa de conquistá-los (Arendt, 1989, p. 391).

As sociedades de massa, que surgiram durante a revolução industrial, são consideradas por H. Arendt como o terreno fértil no qual os regimes totalitários não apenas brotaram, mas também floresceram e disseminaram suas influências. O desenraizamento das pessoas, a urbanização e a coletivização de setores vitais como trabalho, saúde, educação e cultura foram os pilares que estabeleceram essas sociedades, impactando profundamente todas as esferas da vida humana.

Hannah Arendt destaca que a sociedade de massa, emergida na revolução industrial, foi crucial para o desenvolvimento dos regimes totalitários. Estes regimes se estabeleceram sobre o desenraizamento e a urbanização, coletivizando áreas essenciais da vida como trabalho, saúde e educação. A propaganda, integrada à guerra psicológica, é um instrumento vital do totalitarismo, usado para influenciar e controlar as massas. No entanto, o terror é ainda mais fundamental para a manutenção do poder totalitário. Mesmo após alcançar seus objetivos psicológicos, o regime totalitário não cessa o uso do terror, aplicando-o contra uma população já dominada.

O ápice do terror se manifesta em locais como os campos de concentração, onde a propaganda é desnecessária e até proibida, como foi o caso na Alemanha nazista. A propaganda serve como ferramenta para o totalitarismo enfrentar o mundo externo, enquanto o terror é a essência de seu governo interno. A existência do terror não se mede

pelo número de pessoas que o desafiavam, mas pela eficácia com que suprime qualquer forma de resistência. Assim, o terror totalitário não é apenas uma tática, mas um traço definidor do regime, perpetuando-se independentemente da submissão já obtida, garantindo que a dominação seja completa e incontestável. Segundo Arendt,

O terror como substituto da propaganda alcançou maior importância no nazismo do que no comunismo. Os nazistas não cometeram atentados contra personalidades importantes como havia acontecido anteriormente em ondas de crimes políticos na Alemanha (assassinatos de Rathenau e de Erzberger); em vez disso, matavam pequenos funcionários socialistas ou membros influentes dos partidos inimigos, procurando mostrar à população o perigo que podia acarretar o simples fato de pertencer a um partido. Esse tipo de terror dirigido contra a massa era valioso no sentido daquilo que um autor nazista chamou adequadamente de “propaganda de força”, e aumentou progressivamente porque nem a polícia nem os tribunais processavam seriamente os criminosos políticos da chamada Direita (Arendt, 1989, p. 393).

Alavancadas pelo cientificismo do século XX, as propagandas totalitárias ampliam ainda mais o seu poder persuasivo, H. Arendt destaca que a “forte ênfase que a propaganda totalitária dá à natureza “científica” das suas afirmações tem sido comparada a certas técnicas publicitárias igualmente dirigidas às massas.” Nesse contexto, segundo ela, “os anúncios mostram o “cientificismo” com que um fabricante “comprova” — com fatos, algarismos e o auxílio de um departamento de “pesquisa” — que o seu “sabonete é o melhor do mundo”. Está em jogo aqui a manipulação do sujeito mediante técnicas behavioristas muito presentes no início do século XX, o problema em si não é o convencimento persuasivo, e sim utilizar essas técnicas para induzir um comportamento com objetivo de gerar uma ação planejada por parte daquele que é manipulado por essas técnicas, a saber, a sociedade de massa.

A propaganda totalitária elevou o cientificismo ideológico e a técnica de afirmações proféticas, destaca a autora, a um nível de eficiência metódica e absurdo de conteúdo sem precedentes. Segundo Hannah Arendt, a melhor maneira de evitar discussões é tornar o argumento imune à verificação presente, afirmando que apenas o futuro revelará seus méritos. No entanto, as ideologias totalitárias não inventaram esse método, nem foram as únicas a utilizá-lo.

Em relação ao uso exacerbado da ciência H. Arendt destaca que, desde o século XVI, a obsessão ocidental pela ciência se reflete no uso do cientificismo na propaganda popular. O totalitarismo pode ser visto como o estágio final desse processo, onde a ciência é idolatrada, como se tivesse o poder mágico de curar todos os males e transformar a natureza humana. Existe uma antiga conexão entre o cientificismo e o surgimento das massas. O coletivismo? As opiniões das massas foram bem aceitas por aqueles que acreditavam na “ordem natural do desenvolvimento histórico”. Isso elimina a imprevisibilidade do comportamento pessoal.

Nas sociedades contemporâneas, o uso das redes sociais transcende a simples interação online, tornando-se um indicador de autoestima, felicidade, realização pessoal e sucesso. As pessoas passam a medir seu valor e status social pela capacidade de se engajar e influenciar nas plataformas digitais, o que reforça a importância das redes sociais na dinâmica social e individual, assim como os riscos que elas podem causar.

É nesse cenário que a publicidade comercial ganha uma relevância crucial, não apenas para impulsionar a economia, mas também para influenciar a política. A publicidade molda comportamentos, desejos e percepções, desempenhando um papel central na construção da identidade e na manutenção da ordem social vigente.

A sociedade contemporânea se vê cada vez mais dependente das redes sociais, onde a capacidade de se conectar e interagir digitalmente se torna essencial para a participação ativa na vida social e política. A publicidade, nesse contexto, não só promove produtos e serviços, mas também ideias e ideais que moldam a visão de mundo dos indivíduos. Diante desses fatos, H. Arendt sinaliza para os perigos que é a invasão do *animal laborans* na esfera pública, de acordo com Arendt;

O último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e «tranqüilizada». O problema das modernas teorias do behaviorismo não é que estejam erradas, mas sim que podem vir a tomar-se verdadeiras, que realmente constituem as melhores conceituações possíveis de certas

tendências óbvias da sociedade moderna. É perfeitamente concebível que a era moderna — que teve início com um surto tão promissor e tão sem precedentes de atividade humana — venha a terminar na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu. (Arendt, 2007, p. 335)

Nas redes sociais, a propaganda política encontra um terreno fértil para se desenvolver. A capacidade de segmentar audiências e personalizar mensagens permite que as *fakes news* sejam adaptadas para diferentes grupos, aumentando sua eficácia. A confiança nas informações compartilhadas nas redes sociais é frequentemente substituída pela aceitação de narrativas que reforçam preconceitos e ideologias preexistentes.

As *fakes News*, nesse contexto, não apenas substituem a veracidade, mas também se tornam um mecanismo de controle social. As redes sociais amplificam a capacidade da propaganda de estabilizar relações sociais através de narrativas falsas, criando uma realidade paralela que influencia comportamentos e decisões políticas. A coerência dessas *fake News* se torna um pilar da convivência social, muitas vezes à custa da verdade.

As pessoas estão cada vez mais imersas em um ambiente em que a propaganda, potencializada pelas redes sociais, redefine a legitimidade das relações humanas. A confiança, elemento outrora fundamental, é continuamente minada pela prevalência de fake news que moldam a percepção da realidade. A publicidade, tanto comercial quanto política, utiliza as redes sociais para perpetuar narrativas que asseguram a estabilidade das estruturas de poder, muitas vezes em detrimento da veracidade e da confiança mútua. Para isso, a propaganda totalitária utiliza a ficção, que por sua vez é o combustível que mantém as propagandas, na Alemanha nazista, o emprego de ideologias antisemitas por meio da ficção moldou o pensamento e as relações daquela sociedade, conforme H. Arendt;

Enquanto a propaganda nazista especializava-se em tirar proveito do anseio das massas pela coerência, os métodos bolchevistas demonstraram claramente o seu impacto sobre o homem de massa isolado. A polícia secreta soviética, tão ávida de convencer suas vítimas a assumirem responsabilidade por crimes que nunca cometeram e que, em muitos casos, nem sequer estavam em posição de cometer, isola e elimina completamente todos os fatores reais, de sorte que a própria lógica, a própria congruência da “estória” contida na confissão forjada, se torna irrefutável. Diante de uma situação na qual a linha divisória entre a ficção e a realidade é apagada pela inerente coerência da acusação, é indispensável

não apenas a firmeza de caráter para resistir a constantes ameaças, mas também uma grande dose de confiança na existência de semelhantes — parentes, amigos ou vizinhos — que nunca acreditarão na “estória”, para que se resista à tentação de ceder a uma abstrata possibilidade de culpa (Arendt, 1989, p. 402).

O argumento em questão recai no fato das massas serem passíveis de serem manipuladas pelas propagandas, justamente pelo seu caráter irresistível, no qual toda sorte de encontrar um solo fértil que proporcione algum elemento que corrobore um pensamento totalitário, por mais absurda que seja, não é de maneira alguma um fato remoto.

2. CYBERBULLYING: CONCEITO E O CASO BRASIL

O Brasil ocupa a 2ª posição no ranking mundial em ocorrências de *cyberbullying*, com um percentual de 29%, ficando atrás apenas da Índia com 37% dos casos, de acordo com o estudo realizado em 28 países pelo instituto Ipsos, foram entrevistadas 20.793 pessoas, a pesquisa revela ainda a incidência crescente nos casos nos últimos anos.

Em 2023, o governo federal publicou o relatório ATAQUES ÀS ESCOLAS NO BRASIL: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Esse relatório aponta que, entre 2002 e 2023, foram registrados 36 ataques a escolas, o que chama a atenção para o fato de que o espaço escolar também é um ambiente violento. As agressões severas direcionadas às instituições de ensino fazem parte do conjunto mais amplo de violências que ocorrem nas escolas. Uma das formas de violência presente nesse espaço, mas que por si só não é a causa principal, mas uma das causas que contribuem para a trágica situação de violência escolar, está o *bullying* de acordo com esse relatório.

Dentre outros, são apontados como dados a perseguição sistemática, conhecida como *bullying*, que é um fator que contribui para o problema, mas não é suficiente para explicar a ocorrência de atos de violência extrema nas escolas. Esse fenômeno é resultado

de múltiplas causas, significando que diferentes fatores juntos levam à possibilidade de um ataque. Além disso, a motivação por trás desses ataques não pode ser atribuída apenas a questões de saúde mental dos agressores, embora este seja um aspecto relevante a ser considerado.

Os ataques a instituições de ensino, geralmente – embora apresentem características próprias –, são crimes por imitação. Os chamados *copycat crimes* são aqueles que se inspiram em delitos anteriores. Essa dinâmica favorece o que chamamos de “efeito de onda”, que se tornou evidente no Brasil desde 2017 e se intensificou nos últimos meses, segundo os dados apontados. Como uma das causas, o relatório cita o aumento do *cyberbullying*, resultado do uso inadequado das novas tecnologias de informação e comunicação, revela semelhanças com o assédio tradicional, como a intencionalidade, a recorrência e a desigualdade de poder, além da complicação trazida pelo anonimato do agressor; e a intensificação do extremismo na sociedade brasileira.

De acordo como o *Oxford English Dictionary*, *cyberbullying* significa “o uso da tecnologia da informação para intimidar uma pessoa enviando ou postando texto ou imagens de natureza intimidatória”, segundo a etimologia mais antiga conhecida do substantivo *cyberbullying* é na década de 1990. A primeira evidência para o *cyberbullying* é de 1998, no *Canberra Times*.

Cyberbullying é caracterizado como uma perseguição sistemática por meio das mídias digitais, o espaço onde isso mais ocorre é nas redes sociais, muitas vezes por meio de perfis falsos criados especificamente para esse objetivo, mas também aparece em plataformas de mensagens e jogos online, ou jogos online para celular. O objetivo sempre é o mesmo: envergonhar, enfurecer e difamar a vítima.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, isso ocorre quando o agressor prolifera inverdades ou dissemina imagens constrangedoras de alguém nas redes sociais; envia mensagens ou faz ameaças que causem humilhação através de aplicativos de mensagens; ou ainda se passa por outra pessoa para enviar mensagens prejudiciais em seu nome, são formas de abuso. O *bullying*, tanto no ambiente físico quanto no virtual, ocorre com frequência de maneira simultânea. Contudo, o *cyberbullying* deixa uma pegada digital, um histórico que pode ser valioso e fornecer pistas para interromper o ciclo de abuso.

Como foi visto anteriormente, o *cyberbullying* traz consequências no mundo real, se manifesta na forma de violência extrema, como nos casos de ataques às escolas, mas não que esse seja o único motivo para os casos, a consequência para a vítima desse tipo de violência, na perspectiva da UNICEF o *bullying* online pode fazer com que a vítima sinta que está sendo cercada por ataques constantes, até mesmo em seu próprio lar. A sensação de estar sem saída é desgastante. Os efeitos podem ser muito profundos e se manifestam de várias maneiras: no aspecto mental, a pessoa pode se sentir desmotivada, envergonhada, incapaz e, em algumas situações, até irritada; no âmbito emocional, pode experimentar vergonha ou perder o interesse em atividades que anteriormente traziam alegria; e fisicamente, pode enfrentar cansaço, insônia, além de apresentar sintomas como enxaquecas ou dores abdominais. Passar pela experiência de ser alvo de ridicularização ou assédio pode desestimular as vítimas a se manifestarem. Em casos mais graves, o suicídio ou ataques às escolas.

Recorrendo à literatura disponível sobre esse assunto, o relatório da UNESCO publicado em 2019 intitulado *Por trás dos números: Acabar com a violência e o bullying nas escolas (Behind the numbers: Ending school violence and bullying)* mostra que meninos e meninas que se destacam por serem "diferentes" de alguma maneira estão mais sujeitos a sofrer bullying. Estudos realizados ao redor do mundo apontam que a aparência física é o motivo mais frequente para as agressões, seguido pela raça, nacionalidade ou cor da pele. Crianças de famílias com menos recursos, assim como aquelas que são migrantes, tendem a ser mais propensas a enfrentar o bullying e o cyberbullying. Pesquisas adicionais indicam que alunos que não se encaixam nas normas de gênero estabelecidas, incluindo aqueles que se identificam ou são percebidos como lésbicos, gays, bissexuais ou transgêneros (LGBT), enfrentam um risco maior de violência escolar e bullying em comparação aos que aderem aos padrões tradicionais de gênero. Ainda de acordo com esse relatório, O *cyberbullying* está emergindo como uma questão cada vez mais preocupante. Estudos conduzidos em sete nações da Europa indicam que a proporção de crianças de 11 a 16 anos, que acessam a Internet e sofreram com o cyberbullying, aumentou de 7% em 2010 para 12% em 2014, (UNESCO, 2019).

Quanto às questões das definições, o relatório aponta as seguintes categorias como mais evidentes: o *bullying* físico envolve agressores que atacam repetidamente, como ser

golpeado, ferido, chutado, empurrado, confinado em casa, ter objetos subtraídos ou danificados, ou até serem forçados a executar ações indesejadas.

Esse tipo de *bullying* se diferencia de outras formas de violência física, como brigas ou ataques diretos. Já o bullying psicológico abrange o uso de abuso verbal, emocional e a exclusão social, manifestando-se através de ofensas, provocações desagradáveis, exclusão intencional de atividades, ignorância severa e a propagação de mentiras ou rumores maliciosos. O *bullying* sexual consiste em ser alvo de escárnio por meio de piadas, comentários ou gestos de conotação sexual, com destaque ainda para a pornografia de vingança. O *cyberbullying* abrange situações de intimidação ocorrendo por meio de mensagens, como no caso de alguém que envia mensagens instantâneas pelo *WhatsApp*, *Twitter*, *Telegram*, publicações, e-mails ou textos maldosos, além de criar sites que zombam de um estudante. Também inclui a publicação online de fotos desfavoráveis ou impróprias de um aluno, sem a devida autorização. Ademais, refere-se a ser alvo de ofensas ou comportamentos desagradáveis por meio de celulares, como mensagens de texto, chamadas e vídeos, ou pela internet, abrangendo e-mails, mensagens instantâneas, redes sociais e salas de bate-papo, caracterizando uma conduta ofensiva no ambiente digital (UNESCO, 2019).

Parte dessa problemática dá-se pela política de enfrentamento para esse tipo de violência, principalmente nas redes sociais, as grandes *Bigtech*⁹ falham em garantir políticas eficazes contra o *cyberbullying* e o *bullying* em suas plataformas, segundo a UNICEF;

No Brasil, 37% dos respondentes afirmaram já ter sido vítima de cyberbullying. As redes sociais foram apontadas como o espaço online em que mais ocorrem casos de violência entre jovens no País, identificando o Facebook como a principal. Além disso, 36% dos adolescentes brasileiros informaram já ter faltado à escola após ter sofrido bullying online

⁹ Big Tech refere-se às grandes empresas de tecnologia que dominam o mercado global, como Google, Apple, Facebook (Meta), Amazon e Microsoft. Essas empresas são caracterizadas por sua vasta influência econômica, social e política, além de sua capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados. O termo "Big Tech" também é frequentemente associado a debates sobre privacidade, monopólio, regulamentação e o impacto das tecnologias na sociedade contemporânea. A crescente preocupação com a ética no uso de dados e a responsabilidade social dessas empresas tem levado a discussões sobre a necessidade de uma maior regulamentação e supervisão governamental.

de colegas de classe, tornando o Brasil o país com a maior porcentagem nesse quesito na pesquisa (UNICEF, 2019).

A sensação de anonimato proporcionada pelas redes sociais e mídias digitais associadas à presença de indivíduos singulares que já foram vítimas de algum tipo de bullying acaba perpetrando esse tipo de violência ou naturalizando. Nesse contexto, o fenômeno do *cyberbullying* e o *bullying* apresentam-se como um tipo de mal banal, à luz do pensamento de Arendt, a incapacidade de escapar do mundo virtual, somada à sensação de cair constantemente nas armadilhas da sociedade — tão diferente das condições que antes moldavam um caráter imperialista — intensificava o antigo desejo pelo anonimato e pela perda da própria identidade, gerando uma tensão permanente e um anseio por violência. Diante da falta de uma mudança radical de papel e caráter, o mergulho voluntário nas forças destrutivas sobre-humanas parecia protegê-los de uma identificação automática com os papéis fixos da sociedade e sua total banalidade, enquanto, ao mesmo tempo, parecia contribuir para a desestruturação desse próprio funcionamento. Esses indivíduos se viam atraídos pelo intenso ativismo dos movimentos totalitários, pela peculiar e aparentemente contraditória ênfase na primazia tanto da ação pura quanto da força irresistível da necessidade.

2.1 As redes sociais e o bullying

A exposição precoce de crianças e adolescentes nas redes sociais é um fenômeno que vem aumentando nos últimos tempos, sem a supervisão adequada dos pais, esse ambiente virtual pode ser extremamente nocivo, haja vista o anonimato que é a principal característica desses ambientes. Redes sociais como o X (antigo *Twitter*) são acusadas de disseminar notícias falsas, além de promover o compartilhamento de atos

antidemocráticos, o *TikTok* enfrenta uma ação judicial nos Estados Unidos relacionada à morte de uma garota de 10 anos que participou do "desafio do apagão", uma prática de autoasfixia que ganhou fama na plataforma. A META¹⁰ (antigo Facebook), dona do *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, desde 2021, está sob investigação em relação ao efeito de seus algoritmos na saúde mental dos jovens pois a rede social compromete a saúde dos jovens, em busca de um aumento no engajamento, no *Telegram*, já foram registrados casos de anúncios de drogas ilícitas, compartilhamento de pornografia infantojuvenil, além de *fake news* e *bullying*. Isso ocorre devido à pouca moderação de conteúdos nessas plataformas por parte das grandes *big techs* e à falta de regulação para essas plataformas.

Em 2019, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, publicou um relatório trazendo a síntese do problema do bullying em um panorama global, na perspectiva da pesquisa, o bullying se define por condutas agressivas que englobam ações indesejadas e negativas, que ocorrem de forma repetida ao longo do tempo e envolvem um desnível de poder entre o agressor ou agressores e a vítima. A ocorrência do bullying é avaliada de várias formas por diferentes estudos. Para que um estudante seja classificado como vítima de bullying, as agressões precisam acontecer ao menos uma ou duas vezes por mês, ou com uma frequência ainda maior UNESCO 2019. Quando praticado nas redes sociais e estendendo a proporção da perseguição sistemática, o *bullying* se caracteriza como um tipo de *cyberbullying*.

No ano de 2016, através da Lei nº 13.277, foi estabelecido um marco em decorrência da tragédia que aconteceu em 2011, quando um jovem de 24 anos adentrou a Escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, e ceifou a vida de 11 crianças. O Ministério da Educação classifica o bullying como “intimidação sistemática”, ou seja,

O *bullying*, também chamado de intimidação sistemática, é “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as

¹⁰ A META (anteriormente conhecida como Facebook, Inc.) é uma das maiores empresas de tecnologia do mundo, fundada por Mark Zuckerberg em 2004. A empresa é líder no desenvolvimento de plataformas de mídia social, realidade virtual (VR), realidade aumentada (AR) e inteligência artificial (AI). Em outubro de 2021, a empresa anunciou sua mudança de nome para META, refletindo seu foco na construção do metaverso, um universo digital interconectado.

partes envolvidas”, conforme definido pela Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) (BRASIL, 2019).

Essa questão nos convida a refletir sobre os limites entre brincadeiras entre alunos e ofensas perpetradas por eles, sobre isso, o secretário da Semesp, Bernardo de Goytacazes, destacou que o bullying representa uma perda não apenas para o estudante, mas para todo o ambiente ao seu redor. "Existem brincadeiras que são comuns e tradicionais em escolas, mas há uma grande diferença quando essas interações se tornam ofensivas. “O bullying envolve comportamentos mais agressivos, sejam eles verbais ou físicos, que ocorrem de maneira mais direta e deliberada, muitas vezes sem uma razão aparente, pois um indivíduo se sente superior ao outro e busca agredi-lo para estabelecer essa dinâmica”, ressaltou. Assim, o bullying se manifesta como uma forma severa de violência, pois seus agressores, em determinados momentos, são também vítimas, enquanto em outras ocasiões exercem o papel de algozes.

2.2 - A questão da educação

O fenômeno do *bullying* não foi abordado de forma conceitual nos textos de Arendt, esse tipo de violência, bastante comum em nosso tempo, não é necessariamente um fato novo. Mesmo não aparecendo de forma explícita na literatura arendtiana, algumas análises que ela traz nos possibilitam compreender esse fenômeno. No ensaio *Crise na Educação* presente na obra *Entre O passado e o futuro*, Arendt anuncia suas reflexões sobre a educação.

De acordo com Oliveira (2015), a análise de Arendt sobre a crise atual nos métodos de ensino e aprendizado insere-se no âmbito teórico de sua abordagem sobre a condição humana e a crise política da modernidade, que são temas fundamentais de sua reflexão filosófico-política. Segundo Arendt (2010), o mundo é uma criação humana, formada por um conjunto de artefatos e instituições duráveis, que visam permitir que os indivíduos mantenham relações contínuas entre si. Para Arendt (2010), o conceito de mundo abrange também os temas que interessam aos humanos nas suas interações políticas. Dessa forma, o mundo, em um sentido mais específico, refere-se ao conjunto de instituições e leis que são compartilhadas por todos (Oliveira, 2015, p. 2-3).

Para Arendt (2016), a essência da educação é a natalidade, ou seja, o fato de que seres humanos vêm ao mundo. Na reflexão da autora, além das razões gerais que poderiam motivar uma pessoa sem especialização a considerar prudente observar problemas em áreas que não domina, uma vez que Arendt (2016) não se considerava uma especialista em educação, em meio a isso, ela busca compreender, ao discutir a crise educacional, e salienta que existe um argumento ainda mais convincente para que essa pessoa se preocupe com uma situação problemática da qual não faz parte. Essa situação representa uma oportunidade que a própria crise apresenta – que desvela a realidade e desfaz preconceitos – para investigar e compreender a verdadeira essência do problema conforme tudo é revelado. Nas palavras de Arendt (2016), a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres *nascem* para o mundo (Arendt, 2016, p. 222).

A reflexão que Arendt aborda sobre a crise, partindo de uma reflexão sobre a desvalorização da educação contemporânea, que está interligada à degradação do espaço público contemporâneo, a autora apresenta uma visão instigante ao destacar as oportunidades que surgem em meio à crise. Em vez de nutrir um vazio pela alegada perda de autoridade nos dias de hoje ou de adotar uma postura reacionária que almeja a restauração de um passado idealizado, Arendt propõe que a crise educacional não deve ser encarada de forma negativa. Na realidade, ela deve ser vista como uma manifestação da inevitável tensão entre inovação e conservadorismo que enfrentamos diariamente, em um mundo onde o passado não funciona mais como uma referência absoluta para nossas ações e reflexões atuais. Para a autora, esse momento de crise é uma oportunidade valiosa para identificar as lacunas presentes e evidenciar a ineficácia das abordagens adotadas até agora para superá-las (Oliveira, 2015).

A partir da obra "Crise na Educação" de Hannah Arendt, podemos refletir sobre o fenômeno do bullying à luz da problemática da autoridade entre grupos de crianças. Arendt argumenta que a autoridade exercida por um grupo, mesmo que composto apenas por crianças, tende a ser significativamente mais intensa e opressiva do que a autoridade de um indivíduo solitário. Essa dinâmica pode ser observada no contexto do bullying, onde a pressão do grupo muitas vezes leva à exclusão e à agressão contra um indivíduo.

Quando um grupo de crianças se une em torno de uma ideia ou comportamento, essa autoridade coletiva pode criar um ambiente hostil, onde o bullying se torna uma forma de afirmar poder e controle. A vítima, isolada e sem o suporte de uma rede de apoio, enfrenta uma opressão que pode ser muito mais devastadora do que a imposição de regras por um único adulto. Arendt argumenta que:

Quanto à criança no grupo, sua situação, naturalmente, é bem pior que antes. A autoridade de um grupo, mesmo que este seja um grupo de crianças, é sempre consideravelmente mais forte e tirânica do que a mais severa autoridade de um indivíduo isolado. Se a olharmos do ponto de vista da criança individual, as chances desta de se rebelar ou fazer qualquer coisa por conta própria são praticamente nulas; ela não se encontra mais em uma luta bem desigual com uma pessoa que, é verdade, tem absoluta superioridade sobre ela, mas no combate a quem pode, no entanto, contar com a solidariedade das demais crianças, isto é, de sua própria classe; em vez disso, encontra-se na posição, por definição irremediável, de uma minoria de um em confronto com a absoluta maioria dos outros. Poucas pessoas adultas são capazes de suportar uma situação dessas, mesmo quando ela não é sustentada por meios de compulsão externos; as crianças são pura e simplesmente incapazes de fazê-lo (Arendt, 2016, p. 230).

3. A BANALIDADE DO MAL E A QUESTÃO DAS FAKE NEWS

A expressão banalidade do mal foi cunhada por Hannah Arendt em um livro intitulado *Eichmann em Jerusalém Um relato sobre a banalidade do mal* escrito em 1961. Naquele ano, a autora foi a Jerusalém como correspondente do jornal *The New Yorker*, acompanha o julgamento do oficial nazista Eichmann, capturado no subúrbio de Buenos Aires na noite de 11 de maio de 1960 pela Mossad, o serviço secreto israelense, e levado a julgamento na Corte Distrital de Jerusalém em 11 de abril de 1961, onde foi processado pelos seus crimes e condenado à morte. Arendt diz que o livro “contém o relato de um julgamento,” no pós-escrito da edição de maio de 1963, e suas fontes são “transcrição dos trabalhos da corte, distribuída à imprensa em Jerusalém”.

O livro *Eichmann em Jerusalém* ainda rendeu algumas polêmicas, entre elas, Arendt denuncia a participação do conselho judaico na questão da solução final, isso causou um profundo mal-estar na comunidade e dentro do seu círculo de amizade, a autora também foi acusada de ter amenizado a figura do carrasco, Eichmann um nada “sádico pervertido”, mesmo diante de todos os esforços da promotoria, “todo mundo percebia que esse homem não era um “monstro”, mas era difícil não desconfiar que fosse um palhaço”. A caracterização do carrasco da solução final como um burocrata com aspecto de “superficialidade” e “pura irreflexão” gerou uma série de campanhas difamatórias em desfavor da autora.

Arendt inicia seu ensaio alertando sobre a controvérsia gerada por suas revelações a respeito da participação e do envolvimento de líderes judaicos na deportação dos judeus para os campos de concentração. Essa revelação trouxe à tona questões profundas sobre a responsabilidade e a moralidade em tempos de crise, e sobre como a verdade pode ser manipulada ou suprimida por interesses políticos.

H. Arendt discute que verdades que deveriam ser a espinha dorsal da sociedade humana são frequentemente distorcidas ou substituídas por histórias que apoiam objetivos políticos. A verdade ou a fidelidade à verdade são sacrificadas por uma imagem publicitária destinada a enganar a percepção do público.

Este fenômeno é mais evidente nos regimes autoritários, mas também pode ser observado nas democracias modernas. Arendt enfatizou que a manipulação da verdade não é apenas propaganda, mas também poder. A capacidade de definir a realidade permite

que os líderes criem a realidade para seu próprio benefício. Cria um ambiente onde a confiança pública é violada e a manipulação se torna uma ferramenta eficaz de controle social.

No ensaio “Verdade e Política”, H. Arendt destaca a motivação que ocasionou a escrita, a saber, a pseudo controvérsia surgida após a publicação de *Eichmann em Jerusalém*, esse ensaio, escrito no início da década de 60, retrata o embate entre verdade e política, a conexão entre verdade factual e veracidade, e é colocada no centro da discussão e ocupa o pensamento da autora, aquilo que se propõe como substituto da veracidade nos atuais processos de manipulação, devido ao fato da conveniência da tentativa frequente de mascarar a veracidade em via dos contemporâneos processos de manipulação das massas pelo viés das fake news.

Arendt ressalva que seu objetivo era esclarecer dois problemas; o primeiro se refere à “questão de ser ou não sempre legítimo dizer a verdade”, a segunda; o surgimento espantoso de diversas mentiras envolvendo as controvérsias geradas pela obra na qual a autora jamais escreveu, em palavras de Arendt,

Esse ensaio foi ocasionado pela pseudo controvérsia que se seguiu à publicação de Eichmann in Jerusalem. Seu objetivo é esclarecer dois problemas diversos, embora relacionados, dos quais eu não estivera cônica anteriormente e cuja importância parecia transcender a ocasião. O primeiro diz respeito à questão de ser ou não sempre legítimo dizer a verdade – acreditei sem restrições em “*Fiat veritas, et pereat mundus?*” O segundo surgiu em meio à espantosa quantidade de mentiras utilizadas na “controvérsia” – mentiras sobre o que eu escrevi, por um lado, e sobre os fatos que relatei, por outro. Nas reflexões que seguem tentarei atacar ambos os problemas. Elas podem também servir de exemplo do que ocorre a um tema extremamente atual quando conduzido até aquela lacuna entre o passado e o futuro que talvez seja o meio mais apropriado a toda reflexão. O leitor encontrará uma sucinta consideração preliminar sobre tal lacuna no Prefácio (Arendt, 2016, p. 282).

As controvérsias em questão envolvem o fato de a autora ter revelado a participação dos líderes judaicos no processo de deportação dos judeus para os campos de extermínio.

O conceito de verdade não é um problema da ordem de primeira grandeza nas obras da autora, pois esse não é necessariamente um tema clássico na filosofia política, mas surge em segundo plano em diversos debates, textos e ensaios no âmbito da metafísica e da epistemologia. De forma mais visível, esse tema está presente no ensaio *Verdade e Política*. É importante situar o debate da verdade no pensamento de Arendt, pois esse tema é abordado na esfera das relações entre filosofia e política.

Esse debate ocorre diante do antagonismo entre verdade e política, onde ela delimita o lugar de tensão onde reside a verdade diante do assédio da mentira organizada, essa verdade que se apresenta, refere-se às categorias metafísicas e até mesmo epistemológicas, esse ponto de conflito se dá especificamente na esfera pública em via da categoria política.

Arendt recorre a Platão para delimitar esse ponto de tensão, no ensaio *Verdade e Política*, pois o filósofo cultivava uma ideia de verdade no aspecto da normatização do espaço público da pólis. Esse contexto nos possibilita analisar, sob a ótica do platonismo, esse embate entre a verdade filosófica e a opinião (*doxa*), nesse sentido, a mera opinião é censurada, porque possibilita uma abertura para a imprevisibilidade, imprecisão ou para a pluralidade fluida que envolve a ilusão e o engano, evitando o risco da verdade filosófica se confundir na pólis como uma mera opinião, em conformidade com Arendt;

Seja como for, o conflito entre verdade e política surgiu historicamente de dois modos de vida diametralmente opostos – a vida do filósofo, tal como interpretada primeiramente por Parmênides e, depois, por Platão, e o modo de vida do cidadão. Às flexíveis opiniões do cidadão acerca dos assuntos humanos, os quais por si próprios estão em fluxo constante, contrapunha o filósofo a verdade acerca daquelas coisas que eram por sua mesma natureza sempiternas e das quais, portanto, se podiam derivar princípios que estabilizassem os assuntos humanos. Por conseguinte, o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião, e não a verdade, que pertence à ciasse dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder (Arendt, 2016, p. 289).

Neste sentido, ao mesmo tempo, a reivindicação da verdade absoluta no domínio dos assuntos humanos, cuja legitimidade é independente da opinião, tem implicações memoráveis no âmbito da política e em toda forma de governo.

Platão considerou este contraste entre verdade e opinião, enfatizando assim a sutil diferença entre comunicação na forma de “diálogo”, que é o discurso adequado sobre verdades filosóficas, e “retórica”, que é usada para persuadir uma multidão.

A verdade (*truth*), filosófica, é alcançada através do diálogo, pois o diálogo envolve a troca de ideias e argumentos em busca de uma compreensão mais profunda, este método contrasta com a retórica, que visa persuadir as pessoas, muitas vezes ignorando a verdade. Tendo como meta a persuasão e não a busca pela verdade, um demagogo contumaz usa a retórica para influenciar a opinião pública e obter apoio, independentemente da veracidade das suas afirmações.

Outro ponto de tensão que se destaca nos diálogos destacados por Arendt se refere ao uso da mentira na política, já que a verdade metafísica ou filosófica não sucumbe às vontades da política, no entanto, algo que exploraremos aqui, a saber, as *fakes news*, independentemente do período histórico, sempre se referem ao velho uso da mentira organizada na política.

Que há tempos a mentira se instalou no cenário da política e se proliferou como um fungo entre os demagogos e os fascistas, disso não devemos duvidar, pois aquele que fala sobre a verdade corre o risco de morte, é aquele que a escreve corre o risco de ter seus livros queimados, assim nos lembra Arendt, em seu ensaio *Verdade e Política*, presente na obra *Entre o passado e o Futuro*, a reflexão de Arendt chama atenção para o fato de que a verdade e a política não se dão muito bem, pelo contrário, a mentira é uma ferramenta indispensável no ofício do político ou do estadista.

Na esfera da ação política, salienta Arendt, se entendida em termos de categoria de meio-e-fim, apenas no âmbito da aparência, “mentir pode muito bem servir ao estabelecimento ou salvaguarda das condições para busca da verdade”, outra forma que se destaca nesse ponto de tensão no centro do debate é, por excelência, a verdade dos fatos, ou verdade factual.

Segundo Celso Lafer, a natureza dialogal da Política levanta a questão da verdade factual, essencial para a estrutura do diálogo político. Ao situar a Política no âmbito da opinião, a verdade factual, que constitui a verdade da Política, não pode ser alterada, embora seja apresentada como opinião. A sequência de acontecimentos poderia ter sido diferente, pois o potencial do que poderia ocorrer é sempre maior do que a realidade concretizada.

A verdade factual não é óbvia ou necessária; é a ocorrência dos fatos de uma maneira específica que lhe confere a qualidade de verdade efetiva. Assim, a verdade factual implica que seu oposto pode ser um erro ou uma mentira. Nos sistemas políticos convencionais, a falsidade era restrita e não gerava autoengano, pois os participantes conseguiam diferenciar a verdade da falsidade. No entanto, com as novas formas de comunicação e a inclusão das massas nos sistemas políticos, essas distinções começam a se dissolver, resultando em novas formas de manipulação da opinião pública (Lafer, 1972, p. 19).

Arendt nos lembra em *A mentira na Política – Considerações sobre os Documentos do Pentágono*, presente em *Crises da República*, que a mentira na esfera pública da ação, não surge do acaso e nem mesmo é fruto da pecaminosidade humana, na análise que a autora faz dos documentos publicados pelo *New York Times* em junho de 1971, a guerra do Vietnã está ligada a manter a imagem, ao consumo doméstico e à manipulação do congresso, nesse contexto, a dissimulação, falsidade e a mentira deliberada eram as questões centrais presentes nesses documentos apenas para manter a imagem de superpotência, como elucida Arendt;

“A partir de 1965, a ideia de uma nítida vitória recuou para um segundo plano e o objetivo tornou-se "convencer o inimigo de que ele não poderia vencer" (o grifo é nosso). E já que o inimigo permaneceu não-convencido, apareceu um novo objetivo: "evitar uma derrota humilhante" como se a marca da derrota na guerra fosse apenas a humilhação. Os Documentos do Pentágono relatam exatamente o apavorante medo do impacto da derrota, não para o bem-estar da nação, mas "para a reputação dos Estados Unidos e seu presidente" (o grifo é nosso). Deste modo, pouco antes, durante os muitos debates sobre a conveniência do emprego de tropas terrestres contra o Vietnã do Norte, o argumento dominante não era o medo da derrota em si nem o interesse com o bem-estar das tropas no caso de uma retirada, mas: "Uma vez que as tropas americanas estejam dentro, será

difícil retirá-las... sem admitir a derrota" (o grifo é nosso) 16. Finalmente, havia a meta "política" de "mostrar ao mundo até onde vão os Estados Unidos por um país amigo" e "para honrar compromissos" (Arendt, 2015, p. 23).

O alvo dessa empreitada não era nem o poder nem o lucro, e tampouco as influências mundiais, mas sim se consagrar como a imagem de “maior potência do mundo”, demonstrando ser competente e pronto para manter suas promessas, assumir riscos, ser ferido e ferir ao máximo o inimigo em prol de livrar o mundo da ameaça comunista, com destaque para manter a imagem de onipotência.

Essa questão pode ser muito observada hoje diante dos avanços tecnológicos da comunicação, as redes sociais desempenham um papel crucial na economia e na comunicação, mas também favorecem e impulsionam a disseminação da mentira organizada, em um ambiente onde reina a efemeridade das paixões, das verdades factuais e da opinião, diante da conveniência do seu uso, ela também possibilita compreender acerca da ação e o poder que as mídias digitais influem sobre o uso da *fake news* na política. Arendt indica que:

A verdade fatual, ao contrário, relaciona-se sempre com outras pessoas: ela diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. É política por natureza. Fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio. Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade fatual. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatual seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados. Em outras palavras, a verdade fatual informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica (Arendt, 2016, p. 295).

Uma antiga farsa retornou aos noticiários após 100 anos: a falsa narrativa de um suposto domínio judeu sobre os meios de comunicação, a economia e a política internacional. Essa mentira, que alimenta o imaginário e as fantasias antissemitas,

ressurgiu em 2020 durante a campanha de reeleição do então presidente Donald Trump. O caso ganhou destaque com Mary Ann Mendoza, membro do conselho consultivo de Trump, que foi removida da programação do Partido Republicano no dia 25 de agosto. O motivo foi a republicação, em sua conta no Twitter (atualmente chamado de X), de um link que direcionava seus 40.000 seguidores para um extenso tópico de teor antissemita. O conteúdo propagava uma teoria da conspiração que alegava a existência de uma elite judaica empenhada em dominar o mundo, fazendo referências diretas aos *Protocolos dos Sábios de Sião*, considerado o maior e mais duradouro exemplo de falsificação antissemita da história moderna.

Do que se trata a questão da fake news? e por que cada vez mais esse problema ocupa os noticiários? essas perguntas podem ser respondidas em uma rápida pesquisa no *Google* ou qualquer outro motor de busca na *internet*, mas é quase inevitável não ser confrontado com mais notícias falsas, isso porque o termo *fake News* possui um significado muito amplo, diante dessa amplitude, faz-se necessário compreender seu significado intrínseco, onde ela está relacionada com notícias falsas de forma proposital, de acordo com Barbosa, Saulo ¹¹, dois dicionários de inglês, o *Lexico*, compilado pela Universidade de Oxford, e o *Cambridge Dictionary*, também registram essa palavra em suas entradas.

O *Lexico* descreve *fake news* como “informação falsa divulgada ou publicada como uma notícia, com propósitos fraudulentos ou motivados politicamente.” A partir dessa definição, é possível identificar dois aspectos fundamentais desse fenômeno: a intenção política e a reprodução do formato de uma notícia, que normalmente apresenta fatos considerados verídicos. Ou seja, não se refere a qualquer tipo de história falsa, mas a uma que imita uma notícia “real” e que visa a divulgação de propósitos políticos. O *Cambridge Dictionary*, por sua vez, oferece uma definição bastante semelhante: “história falsa que se disfarça de notícia, espalhada na internet ou por outros meios, geralmente com o intuito de influenciar opiniões políticas ou como uma brincadeira.” (Barbosa, 2020).

¹¹ Saulo Vinícius Souza Barbosa; Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Sociologia (2019) e graduado em História (2016) pela mesma instituição.

Não é de hoje que as *fake news* dominam o cenário da política, aliado a uma onda de antissemitismo e teorias da conspiração que beira o absurdo no início do século XX, em meio a isso, surge um livro de natureza conspiratória sobre um suposto plano de dominação mundial judaico-comunista, cuja análise revela um ataque ao bom senso para aqueles que possuem.

No prefácio de *Origens do totalitarismo*, na primeira parte de Antissemitismo, Hannah Arendt analisa os Protocolos dos Sábios do Sião como um exemplo crucial da manipulação ideológica que sustentou regimes totalitários. Ela destaca como esse texto forjado, que supostamente descreve um plano judaico para dominar o mundo, foi amplamente utilizado como ferramenta de propaganda antissemita. Arendt enfatiza que a aceitação de mentiras como verdades absolutas foi essencial para a consolidação do poder totalitário. Além disso, ela reflete sobre o impacto duradouro dos Protocolos, que continuam a alimentar teorias conspiratórias e discursos de ódio.

O livro “Protocolos dos Sábios do Sião”, é o material mais bem disseminado no círculo do antissemitismo. Os factoides envolvidos no discurso foram empregados para estimular o ódio contra os judeus. No pensamento de H. Arendt, um exemplo claro que ilustra tanto a diferença quanto a interconexão entre o antissemitismo pré-totalitário e o totalitário, é a narrativa dos "Protocolos dos Sábios do Sião". A utilização dessa falsificação pelos nazistas, que a adotaram como um manual, não se limita à história do antissemitismo.

No entanto, somente a história do antissemitismo pode elucidar por que essa falsidade era empregada para propósitos de propaganda antijudaica. Entretanto, essa narrativa não esclarece por que a afirmação, evidentemente totalitária, sobre um suposto domínio global a ser exercido por meio de métodos esotéricos por integrantes de uma sociedade secreta se tornou um fenômeno político. A relevância política originada pelo uso dos "Protocolos" é significativa, pois suas raízes estão no imperialismo em geral, sendo elaborada de forma explosiva na versão europeia continental, em meio a movimentos que buscavam unificação nacional ou, mais precisamente, étnica, especialmente os pangermânicos e pan-eslavos (Arendt, 1967, p. 23).

As circunstâncias de sua origem são bastante controversas, assim como todo o discurso, nada digno de fé por se tratar de mentiras. Uma provável falsificação gerada e alimentada pela polícia secreta czarista, com o objetivo de combater as ideias revolucionárias na ocasião, após a revolução de 1905, tendo como marco também a I Guerra Mundial e a revolução Bolchevique, o livro foi publicado pela primeira vez em 1903 durante o Império Russo Czarista, de acordo com Anatol Rosenfeld¹² os Protocolos dos Sábios de Sião foram divulgados pela primeira vez no jornal russo Znania (A Bandeira), em Kishinev¹³, sob a autoria de P. A. Krushevan¹⁴. Contudo, a maioria das edições que se seguiram se fundamenta na segunda versão de uma obra mística de Sergei Nilus¹⁵, intitulada *O Grande no Pequeno ou o Anti-Cristo como Possibilidade Política Próxima; Notas de uma Pessoa Ortodoxa*. Esta edição, que apresentou os Protocolos na forma como os conhecemos hoje, foi lançada em 1905 em uma localidade próxima a São Petersburgo. Outras versões foram publicadas em 1911 e 1917.

¹² Anatol Rosenfeld (1910-2004) foi um crítico literário, ensaísta e tradutor de origem alemã, radicado no Brasil. Reconhecido por sua erudição e contribuições para a crítica literária e teatral brasileira, Rosenfeld atuou como professor e colaborador em diversas publicações. Suas obras, como *O Teatro Épico* e *Textos/Contextos*, são referências fundamentais para o estudo da literatura e do teatro no Brasil. Além disso, foi um dos principais intérpretes da obra de Bertolt Brecht no país.

¹³ Kishinev, atualmente conhecida como Chişinău, é a capital da Moldávia e uma cidade com uma rica história cultural e política. Fundada no século XV, Kishinev foi um importante centro comercial e cultural na região da Bessarábia. A cidade é notória por ter sido palco de violentos pogroms antissemitas em 1903 e 1905, que resultaram em massacres e destruição de propriedades da comunidade judaica local. Esses eventos tiveram um impacto significativo na história da diáspora judaica e na percepção do antisemitismo na Europa Oriental.

¹⁴ Pavel Aleksandrovich Krushevan (1860-1909) foi um jornalista, editor e político russo, conhecido por seu papel no movimento antissemita e por sua participação na publicação dos Protocolos dos Sábios de Sião, um texto forjado que disseminou teorias conspiratórias antissemitas. Krushevan também foi um ativo defensor do nacionalismo russo e da autocracia czarista. Sua atuação como editor de jornais como *Znamya* e *Bessarabets* foi marcada por discursos inflamados e pela promoção de ideias reacionárias. Sua influência contribuiu para o aumento da tensão social e política na Rússia no início do século XX.

¹⁵ Sergei Aleksandrovich Nilus (1862-1929) foi um escritor e místico russo, conhecido por sua associação com a publicação dos Protocolos dos Sábios de Sião, um texto forjado que disseminou teorias conspiratórias antissemitas. Nilus acreditava que os Protocolos eram uma evidência de uma conspiração judaica para dominar o mundo e os incluiu em sua obra *O Grande no Pequeno: O Anticristo como uma Possibilidade Política Próxima* (1905). Sua atuação contribuiu para a propagação do antisemitismo na Rússia e na Europa. Nilus também foi um defensor fervoroso do misticismo religioso e da autocracia czarista.

Uma variante dos Protocolos também foi veiculada por G. Butni¹⁶, na terceira edição de sua obra *Inimigos da Raça Humana* (São Petersburgo, 1906). Ambos os autores, Nilus e Butni, alegaram ter obtido os Protocolos em 1901. Embora existam diferenças nos textos e a versão de Butni incluía três capítulos adicionais (totalizando 27), é claro que ambos se basearam no mesmo documento (Rosenfeld, 2011, p. 30-31).

A grotesca falsidade desse documento é tão evidente que nem mesmo Krushevan reconhece a autenticidade de tais documentos na edição russa publicada em 1903, além das inúmeras contradições que por si só já demonstrariam o caráter da farsa, nesse sentido, Rosenfeld afirma que a diversidade de versões sobre como a cópia dos Protocolos foi adquirida não começa com os editores da Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, mas sim com os dois editores russos já mencionados. Esses editores foram precedidos por Krushevan, que em 1903 publicou uma versão bastante mais concisa no jornal *Znania*, sob o título "*Um plano para a conquista do mundo pelos judeus*". Krushevan, aliás, não garante a veracidade do documento, admitindo a possibilidade de que seja um texto apócrifo.

Quando Nilus publicou os Protocolos em 1905, afirmou ter recebido o documento em 1901, sem oferecer uma explicação para o fato de ter aguardado quatro anos para divulgar um suposto plano cuja revelação poderia, potencialmente, salvar o mundo, considerando que o Círculo da Serpente Simbólica estava prestes a se fechar. Ele afirmou que se tratava de uma cópia precisa, obtida por uma mulher de um dos líderes mais influentes e profundamente iniciados da franco-maçonaria, após "uma das reuniões secretas dos 'iniciados' na França, este reduto da conspiração maçônica".

Contudo, em outra parte da mesma edição, Nilus declara: "Esses documentos foram furtados clandestinamente de um livro completo de protocolos. Tudo isso foi conseguido por meu correspondente nas cavernas secretas do quartel-general sionista, que atualmente está na França". A contradição é evidente. Em uma versão, o documento foi

¹⁶ Grigory Vasilyevich Butmi (1856-1917) foi um político, publicista e ativista russo, conhecido por sua participação no movimento antissemita e nacionalista no início do século XX. Butmi foi um dos principais divulgadores dos Protocolos dos Sábios de Sião, um texto forjado que promoveu teorias conspiratórias antissemitas. Ele publicou uma versão dos Protocolos em 1906, alegando que o documento revelava uma conspiração judaica para dominar o mundo. Butmi também foi membro da União do Povo Russo, uma organização ultranacionalista e monarquista, e defensor da autocracia czarista. Sua atuação contribuiu para o aumento do antissemitismo e das tensões políticas na Rússia pré-revolucionária.

subtraído (sem contar as versões em que apenas foi copiado) de um líder maçônico, depois de uma reunião secreta da maçonaria; logo em seguida, o documento foi retirado dos esconderijos da Organização Sionista. Numa versão alternativa, o documento foi reproduzido em um hotel onde um emissário maçônico, portador dos Protocolos, se alojou. No meio dessas inconsistências, surge a alegação de que o "quartel-general", ou seja, a sede principal da Organização Sionista, teria estado na França. No entanto, até 1904, a sede central dessa organização estava situada em Viena. Posteriormente, foi transferida para Colônia, Berlim, Londres, e em 1935 para Jerusalém. Contudo, em nenhum momento a sede localizou-se precisamente na França (Rosenfeld, 2011, p. 33-34).

Rosenfeld ressalta nas provas da falsificação que, em 1920, a tradução para o inglês dos Protocolos foi divulgada, e o jornal *Morning Post* dedicou seis colunas a discutir o assunto. *The Times*, de Londres, clamou por uma investigação. Nos Estados Unidos, a repercussão da obra foi significativa, influenciada pelo trabalho de Ford, intitulado *The International Jew*, que se baseou nos Protocolos. Uma versão em alemão foi publicada em 1919, sob a autoria de Gottfried zur Beck, um pseudônimo do Major Muller von Hausen¹⁷, assistente do General Ludendorff¹⁸. Traduções surgiram em praticamente todos os idiomas, incluindo chinês e árabe. Apesar das evidências claras de que se tratava de um engano, muitas edições continuaram a ser lançadas. Em 1923, Alfred Rosenberg, considerado o "filósofo" do nazismo, publicou o livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião e a Política Judaica Mundial*, no qual, dois anos após a descoberta da fraude, tentou validar a autenticidade dos Protocolos.

¹⁷ MÜLLER VON HAUSEN, Major. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. Berlim: Verlag Auf Vorposten, 1919. Müller von Hausen foi responsável por traduzir e publicar os Protocolos na Alemanha, sob o pseudônimo de Gottfried zur Beek. Sua edição ajudou a popularizar o documento forjado, que alegava descrever uma conspiração judaica para dominar o mundo, e teve um impacto significativo no aumento do antissemitismo na Europa.

¹⁸ LUDENDORFF, Erich. *Minhas Memórias de Guerra*. Berlim: Verlag von E. S. Mittler & Sohn, 1919. Ludendorff foi um dos principais estrategistas militares da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, atuando ao lado de Paul von Hindenburg. Após a guerra, ele se envolveu em movimentos políticos de extrema-direita, incluindo o Partido Nazista, e foi um defensor de teorias conspiratórias, como a "punhalada nas costas" (*Dolchstoßlegende*), que culpava civis e políticos pela derrota alemã na guerra.

Tanto na análise de Rosenfeld quanto na versão de Will Eisner¹⁹ na obra *O complô narra a história da fabricação dos Protocolos dos sábios do Sião*, a questão das provas da falsificação é semelhante, a única ressalva é em relação a licença poética empregada por Will Eisner, por volta de 1921, um oficial do czar, que havia sido membro da polícia secreta russa, a conhecida Ochrana, fez uma visita ao correspondente do The Times em Constantinopla, Philip Graves²⁰. Durante o encontro, ele ofereceu a Graves uma raridade literária: um livro francês que estava sem a capa. Intrigado, Graves decidiu comprá-lo. Após ler algumas passagens, deparou-se com a expressão "*per me reges regant*". A frase parecia familiar, e ele começou a comparar o conteúdo com a obra francesa que recebera do oficial russo. Para sua surpresa, que diversas frases, parágrafos inteiros e até mesmo páginas completas eram quase idênticos! Graves então enviou o livro francês à Biblioteca do Museu Britânico, solicitando ajuda na identificação da obra sem capa. Foi constatado que se tratava de uma sátira feroz a Napoleão.

Nesse sentido, o plágio por trás do protocolo baseia-se na obra da sátira de Maurice Joly²¹, segundo Rosenfeld, o texto aborda a política interna e externa com a obra intitulada "*Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu* ou *A política de Maquiavel no século XIX, por um contemporâneo*". A primeira versão dessa obra, publicada anonimamente, surgiu em 1864, enquanto a segunda edição, que foi impressa em Bruxelas, data de 1868. O autor, Maurice Joly, havia sido sentenciado a 15 meses de prisão devido à sua obra. Motivado por um profundo desprezo por Napoleão III, Joly faz com que este expresse, sob a persona de Maquiavel, uma elaborada teoria diabólica sobre a conquista do domínio global, com a intenção de convencer o leitor de que o Imperador tinha tais ambições. Já em relação a Montesquieu, Joly tende a responder apresentando

¹⁹ Will Eisner (1917-2005) foi um dos mais influentes artistas e escritores de quadrinhos do século XX, conhecido por suas inovações narrativas e visuais

²⁰ GRAVES, Philip. The Truth About "The Protocols": A Literary Forgery. The Times, 16-18 de agosto de 1921. Graves, enquanto correspondente do The Times em Constantinopla, descobriu que os Protocolos eram uma falsificação, identificando que o texto havia sido plagiado de um panfleto político francês do século XIX, *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, escrito por Maurice Joly. Sua investigação foi fundamental para desacreditar os Protocolos em nível internacional.

²¹ JOLY, Maurice. *Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*. Paris: Éditions de la Réforme, 1864. Nesta obra, Joly utiliza um diálogo fictício entre os dois pensadores para criticar as práticas políticas de seu tempo, especialmente a manipulação da opinião pública. Seu texto foi posteriormente plagiado e utilizado na elaboração dos Protocolos dos Sábios de Sião, um documento forjado que promoveu teorias antissemitas no início do século XX.

as próprias ideias do autor. Nos Protocolos, foram utilizadas principalmente as palavras de Maquiavel, muitas vezes citadas de maneira quase literal pelo redator “sionista”. (Rosenfeld, 2011, p. 46).

Infelizmente, assim como todos os tipos de boatos, teorias da conspiração e *fake news* nas redes sociais as mentiras se proliferam entre as massas como esporos no ar assim como os fungos, e encontram o terreno fértil do totalitarismo onde se desenvolvem em meio ao terror, o mesmo protocolo que emerge no *Twitter* (atual *X*) foi o mesmo utilizado no século passado como mais uma arma para manter o funcionamento das engrenagens nazista girando, por meio do seu leitor mais ilustre, Hitler, na reflexão de Rosenfeld em relação as inconsistências desse texto apócrifo, entre aqueles que mais se beneficiaram dos Protocolos, destaca-se Adolf Hitler, que adotou a estratégia de responsabilizar os judeus (e também a franco-maçonaria) por todos os problemas e calamidades que afligem a humanidade.

De acordo com essa narrativa, distúrbios internos, guerras, revoluções, crises financeiras e dissensões seriam todos resultados de um plano maligno dos judeus para dominar o mundo. Todos os "ismos" condenados em diferentes contextos – como liberalismo, capitalismo, comunismo, socialismo, constitucionalismo, republicanismo, materialismo, espiritualismo e até mesmo nacionalismo – foram, segundo essa visão distorcida, disseminados por esse pequeno grupo, com o intuito de incitar um povo contra o outro. De acordo com os Protocolos, a estrutura democrática baseada na diversidade de partidos é atribuída aos judeus, que desejam disseminar a discórdia entre as nações. É bastante intrigante notar que, após propagarem tantos males para corromper os povos cristãos, os judeus se tornaram vítimas de suas próprias intrigas. O Estado de Israel, por sua vez, sofre as consequências do pluralismo partidário, da democracia, do capitalismo e do socialismo (presente em algumas colônias agrícolas), além do constitucionalismo, do liberalismo, do materialismo e do espiritualismo, sem esquecer do nacionalismo. Assim, parece que os Sábios de Sião injetaram o veneno que pretendiam usar para arruinar os povos cristãos em sua própria criação (Rosenfeld, 2011, p. 40).

Em relação às provas das falsificações e plágio, os textos do *Diálogos* de Joly são semelhantes até mesmo na ordem em que surgem os diálogos no protocolo, evidenciando ainda mais o plágio, nesse sentido, segundo Rosenfeld;

O plágio foi feito com tamanha ingenuidade que os forjadores nem sequer evitaram transcrições como esta da citação que chamou a atenção do jornalista inglês. Comparações como a do capítulo XV: "Tigres na sua aparência, eles têm almas de carneiro e suas cabeças estão cheias de vento" e as referências ao deus hindu Vishnu encontram-se quase literalmente no original francês de Joly. As comparações com o deus Vishnu são particularmente traidoras, pois é difícil imaginar-se um judeu, numa assembléia judaica, recorrendo a um símile tão estranho como este que inclui um deus "pagão", completamente alheio à religião e às concepções judaicas. Nos Protocolos se lê: "Assim como se reirata o ídolo hindu Vishnu com cem mãos, assim disporemos igualmente de inúmeros recursos", enquanto no Diálogo de Joly o texto é: "Agora compreendo (diz Montesquieu) a referência ao deus Vishnu; tu tens cem braços, como aquele ídolo hindu, e cada qual de teus dedos toca numa mola". Nos Protocolos se lê em outra parte: Os nossos jornais "terão, como o deus Vishnu, cem mãos, cada qual sentindo o pulsar de qualquer tendência espiritual", enquanto no Diálogo consta: "Como o deus Vishnu, minha (Maquiavel) imprensa terá cem braços, dos quais cada qual sentirá com a mão todas as nuances da opinião pública". Igualmente traidora é a referência erudita e remota (no capítulo XV) ao ditador romano Lucius Cornelius Sulla (Sylla). Protocolos: "A Itália, ensopada de sangue, não ousava tocar em um fio de cabelo de Sulla, embora este tenha derramado esse sangue". Diálogo de Joly: "Depois de ter coberto a Itália de sangue, Sulla pôde viver em Roma como cidadão particular e ninguém ousava tocar-lhe em um fio de cabelo" (Rosenfeld, 2011, p. 47).

O nazismo utilizou essa obra para justificar sua campanha antissemitas, o próprio Hitler faz uso dela no seu livro intitulado *Mein Kampf* (Minha Luta), o resultado disso foram os campos de concentração e os genocídios. No Brasil, o texto foi traduzido em português pela Ação Integralista Brasileira, por Gustavo Barroso, e utilizado na falsificação do plano Cohen.

O plano Cohen é um bom exemplo no Brasil do uso desse mecanismo em favor do totalitarismo. Em resumo, foi uma farsa que instaurou o Estado Novo no golpe de 1937, no governo de Getúlio Vargas, uma falsificação orquestrada pelo Serviço Secreto de Ação Integralista Brasileira e veiculada através do sistema de comunicação da época, principalmente o rádio, no qual comunistas, tanto internacionais quanto brasileiros, organizaram para depor Getúlio e assumir o controle do governo. Nesse contexto,

espalha-se a chamada “notícia verdadeira” sobre a existência de uma ameaça comunista, uma “verdade” que visa gerar um clima emocional capaz de justificar o golpe. Nas palavras de Rosenfeld, abordamos os Protocolos dos Sábios de Sião, fazendo referência a uma das fraudes mais notórias do Brasil na esfera política: o Plano Cohen, que serviu de justificativa para a implementação de uma ditadura. Na crônica política daquele período, o General Goes Monteiro foi apontado como o responsável pela elaboração desse documento claramente falso. Em contrapartida, o General Goes atribuiu a autoria do Plano Cohen aos integralistas, apresentando argumentos bastante detalhados a esse respeito.

De fato, o Plano Cohen — que leva o nome de uma figura tão inventada quanto o do advogado de Rouen — foi supostamente criado pelos comunistas com o objetivo de incitar uma subversão da ordem, permitindo assim a adoção de medidas excepcionais e a instauração de um governo "forte". A analogia entre o plano terrorista de Cohen e o que é apresentado nos Protocolos, juntamente com o nome judaico do suposto autor e os objetivos políticos que a farsa visava, que são os mesmos dos Protocolos, revela claramente a responsabilidade dos integralistas. Eles são os editores predominantes e quase únicos no Brasil dos Protocolos dos Sábios de Sião, possuindo, portanto, os meios necessários para executar um plágio de um plágio, atribuindo-o posteriormente a um judeu tão enigmático quanto os próprios Sábios de Sião.

As redes sociais com frequência vêm sendo utilizadas para difundir esse tipo de material que rapidamente é consumido pela massa, que toma aquilo como verdade pelo seu imediatismo fora de contexto ou pelo apelo emocional empregado no discurso, o X (*Twitter*), Instagram, o Facebook, Telegram entre outros facilitam a divulgação desses tipos de material que com frequência são restritos na *internet* em fóruns privados de discussão desses grupos. Somando a isso, as redes sociais abrem espaço para o *cyberbullying* (perseguição sistemática) e a *fake news* como instrumento de campanha, como é o caso que ficou conhecido como “Gabinete do Ódio”.

A revelação de uma "milícia digital", conhecida como Gabinete do Ódio, que manipulava perfis falsos em redes sociais e espalhava fake news para atacar opositores, foi inicialmente feita em meados de 2019 por uma deputada, ex-aliada do governo em exercício. Um conjunto de assessores do governo, que trabalhava no Palácio do Planalto e era liderado pelo então presidente e por um de seus filhos, se ocupava da administração

das redes sociais do ex-mandatário. Esse grupo foi criado durante a campanha para a eleição presidencial de 2018 no Brasil e permaneceu em atividade até o término do governo. De acordo com a deputada, esse grupo teria sido responsável pela disseminação em larga escala de informações falsas, incluindo, entre outros temas, o suposto "kit gay", tentando associá-las ao candidato adversário durante a eleição presidencial de 2018. Além disso, o mesmo grupo teria promovido meses antes informações enganosas que difamavam uma vereadora, assassinada em março de 2018, insinuando que ela era casada com um traficante e apoiadora de uma organização criminosa.

3.1 - Do mal radical ao mal banal

A liberdade de expressão proporcionada pelas redes sociais nutriu nos internautas uma falsa noção de que a internet é uma terra sem lei, onde o anonimato proporcionado pela tecnologia da informação e comunicação acabou gerando bolhas sociais com sujeitos singulares incapazes de compreender as diferenças, e pior, agrupados em torno das mesmas ideologias em aplicativos de mensagens instantânea a exemplo do *WhatsApp* ou *telegram*, ou redes sociais como o X (antigo Twitter), *facebook*, *Instagram* e outras mídias digitais como o *TikTok*, *Youtube*, *Kwai*, o que todas elas tem em comum além de milhares de inscritos é a possibilidade de reunir essas pessoas em um espaço virtual onde nem sempre existe a possibilidade de moderação de conteúdo, surgindo ali um território fértil para o mal, que surge na forma do totalitarismo, discurso de ódio, intolerância e todo tipo de barbárie. Para buscar compreender a natureza do mal que envolve esse ambiente, faz-se necessário estar familiarizados com o fenômeno do mal radical e da banalidade do mal no pensamento de Hannah Arendt.

No pensamento arendtiano o “mal radical” é um conceito kantiano, onde a autora aborda o problema do mal, desenvolvido ao longo de várias de suas obras, onde a principal delas, de forma mais evidente em *Origens do totalitarismo*, Arendt traz uma reflexão sobre o mal com status de novidade, o tipo de mal observado a partir da

experiencia do totalitarismo, segundo ela, esse mal resultaria da criação de um sistema onde os homens sejam supérfluos e descartáveis, alheios ao seu próprio bem estar e dos outros, e o totalitarismo seria a causa maior, no pensamento de Arendt a razão pela qual opiniões e convicções, de qualquer natureza, se tornam tão absurdas e ameaçadoras sob regimes totalitários é que esses regimes se gabam de não necessitar delas, assim como rejeitam qualquer forma de assistência humana. Os indivíduos, na medida em que são mais do que apenas organismos que reagem instintivamente ou desempenham funções específicas, tornam-se totalmente dispensáveis para os regimes totalitários.

O totalitarismo não busca apenas o controle absoluto sobre as pessoas, mas, na verdade, visa a criação de um sistema onde os indivíduos são considerados irrelevantes, supérfluos, descartáveis. O poder absoluto só pode ser alcançado e mantido em uma realidade composta por reflexos condicionados, onde os seres humanos atuam como marionetes, desprovidos da mais leve centelha de espontaneidade. Justamente por causa da imensa capacidade humana, o controle total só é possível quando este se reduz a uma mera representação da espécie humana. Nesse contexto, a autora acrescenta que a personalidade pode ser considerada uma ameaça, e até mesmo as leis mais injustas podem representar um obstáculo; contudo, a singularidade de cada pessoa, ou qualquer traço que diferencie um ser humano do outro, é totalmente intolerável. Enquanto não se conseguir que todos os indivíduos se tornem igualmente irrelevantes — o que é uma realidade apenas em campos de concentração —, o ideal do controle totalitário permanecerá inalcançado, pensa Arendt.

Os regimes totalitários se empenham incansavelmente, embora sem sucesso completo, em evidenciar a aniquilação do ser humano — por meio da seleção arbitrária de grupos para os campos de concentração, dos frequentes expurgos no governo e das execuções em massa. Ainda na perspectiva da autora, o bom senso clama desesperadamente, sem sucesso, que as massas são submissas e que todo esse vasto aparato de terror é, portanto, desnecessário; se tivessem a oportunidade de expressar a realidade, os líderes totalitários diriam que a aparente inutilidade desse aparato se deve unicamente ao fato de ele servir para eliminar a individualidade das pessoas. Não existe uma finalidade ou ganho estratégico ou mesmo político que justifique tais ações, pois, segundo H. Arendt, a ambição totalitária de considerar os homens como supérfluos reflete a noção de inutilidade das massas contemporâneas em um mundo superpovoado. Nele,

os humanos aprendem que sua condição de sobras é resultado de um modo de vida onde o castigo não se relaciona com o crime, onde a exploração ocorre sem retorno financeiro, e onde o trabalho é realizado sem recompensa. Este é um espaço onde a insensatez se renova constantemente.

Contudo, no contexto da ideologia totalitária, essa lógica parece até fazer sentido. Se os prisioneiros são vistos como pragas, é racional que sejam eliminados com gás venenoso; se considerados degenerados, não se pode permitir que contaminem o resto da população; se possuem “almas escravas” (Himmler), é desnecessário dedicar esforços à sua reeducação. Sob a ótica da ideologia, a construção dos campos parece, de fato, extremamente coerente (Arendt, 1989, p. 508).

Por essas razões, a autora identifica que esse fenômeno não pode ser explicado apenas pelas categorias vindo da tradição filosóficas, a novidade gira em torno de um tipo de mal de natureza política, portanto distinto do tipo de mal cunhado por Kant, a saber a doutrina do mal radical, presente na obra *A religião dentro dos limites da simples razão*, segundo Kant, para evitar uma compreensão imediata do termo "natureza", o qual frequentemente contrapõe-se aos princípios que sustentam as ações baseadas na liberdade e, assim, poderia conflitar com as definições de que algo é moralmente bom ou mau, é crucial esclarecer que, neste contexto, a "natureza" do ser humano diz respeito apenas à base subjetiva que orienta o exercício de sua liberdade, sempre dentro de normas morais objetivas, e que precede qualquer ato que possa ser percebido pelos sentidos. Essa base pode ser encontrada em qualquer lugar. No entanto, é essencial que essa base subjetiva sempre se manifeste como um ato de liberdade; caso contrário, a utilização ou o abuso da vontade humana em relação à lei moral não poderiam ser responsabilizados, e as ações não poderiam ser classificadas como boas ou más sob uma perspectiva moral.

Ainda na perspectiva kantiana, dessa forma, a raiz do mal não se encontra em nenhum objeto que possa influenciar o arbítrio por meio de instintos ou tendências naturais. Ela reside, na verdade, em uma norma que o arbítrio cria para si ao exercer sua liberdade, ou seja, em uma máxima. Não devemos questionar a base subjetiva da aceitação dessa norma no ser humano, tampouco investigar as máximas que se opõem a ela. Se, por acaso, essa base fosse apenas um instinto natural e não uma máxima, isso significaria que o uso da liberdade estaria totalmente controlado por determinações da natureza, o que contraria essa noção. Assim, ao dizermos que o ser humano é bom ou

mau por natureza, estamos, na realidade, nos referindo a um princípio fundamental (que permanece fora de nosso alcance) que possibilita a aceitação de máximas que podem ser consideradas boas ou más (que vão contra a lei), e isso é válido de maneira geral para toda a humanidade.

Portanto, ao falarmos sobre uma dessas características que distinguem o ser humano de outros possíveis seres racionais, podemos afirmar que ela é inata. Contudo, devemos aceitar que a natureza não é responsável pelo mal que existe no homem, assim como não é ela a responsável pelo bem; essa responsabilidade recai sobre o próprio ser humano. Como um primeiro princípio para aceitarmos nossas máximas, que por sua vez devem sempre estar vinculadas ao livre-arbítrio, não podemos considerar como um fato que possa ser observado na experiência o bem ou o mal no homem. Assim, desses subjetivos princípios que orientam a aceitação de qualquer máxima em relação à lei moral, o que é considerado inato refere-se ao fato de que serve como base anterior ao exercício da liberdade que se manifesta na experiência, desde a juventude até o nascimento. Essa característica é entendida como presente no ser humano desde seu nascimento, mas não podemos afirmar que o nascimento seja a causa dela, afirma Kant (1992).

Na perspectiva kantiana, o homem tem uma propensão natural para o mal, nas palavras de Kant;

A proposição «o homem é mau», segundo o que precede, nada mais pode querer dizer do que: ele é consciente da lei moral e, no entanto, acolheu na sua máxima a deflexão ocasional a seu respeito.» O homem é mau por natureza «significa tanto como: isto aplica-se a ele considerado na sua espécie; não como se tal qualidade pudesse deduzir-se do seu conceito específico (o conceito de um homem em geral) (pois então seria necessária), mas o homem, tal como se conhece pela experiência, não se pode julgar de outro modo, ou: pode pressupor-se como subjectivamente necessário em todo o homem, inclusive no melhor. Ora visto que esta própria inclinação se deve considerar como moralmente má, portanto, não como disposição natural, mas como algo que pode ser imputado ao homem, e, conseqüentemente, deve consistir em máximas do arbítrio contrárias à lei; estas, porém, por causa da liberdade devem por si considerar-se como contingentes, o que por seu turno não se coaduna com a universalidade deste mal, se o supremo fundamento subjectivo de todas as máximas não estiver, seja como se quiser, entretecido na humanidade e, por assim

dizer, nela radicado: podemos então chamar a esta propensão uma inclinação natural para o mal, e, visto que ela deve ser, no entanto, sempre autoculpada, podemos denominá-la a ela própria um mal radical inato (mas nem por isso menos contraído por nós próprios) na natureza humana (Kant, 1992, p. 38).

Embora o mal radical já tenha sido explorado na antropologia e na filosofia de Kant, esse problema passa a ser investigado com mais cautela no sistema crítico, de acordo com Adriano Correia, o filósofo prussiano ao confrontar-se com o conceito de mal antes de publicar sua obra sobre religião, percebendo-o como uma manifestação restrita das potencialidades humanas para o bem. O filósofo argumentava que a verdadeira liberdade da vontade está profundamente entrelaçada com sua condução pelo princípio moral, que é a essência do querer em sua totalidade. Por outro lado, a falta de liberdade se evidencia quando a vontade é influenciada por elementos externos, como a busca por uma felicidade individual. Assim, considera-se que uma vontade livre é sempre autônoma, regida por suas próprias decisões, enquanto uma vontade não livre é marcada pela heteronomia. Dessa forma, apenas uma vontade que se considera livre pode ser classificada como boa, em consonância com a lei moral, enquanto uma vontade não livre demonstra-se fraca ou imperfeitamente boa, pois, conforme os argumentos apresentados, não se pode imaginar uma vontade que seja ao mesmo tempo livre e má, (Correia, 2005, p. 84).

A partir desse ponto, na visão de Nádia Souki, Arendt aponta a transformação que ocorrerá em sua compreensão do mal radical e antecipa, ainda que de maneira inicial, seu conceito de banalidade do mal, que se consolidará de forma mais elaborada uma década depois.

Pensando nesse contexto, ao analisar a questão do mal radical, Correia (2014) argumenta que Arendt utiliza o conceito de “mal radical” para descrever o mal que se manifestou na tentativa de eliminar a pluralidade humana nos campos de extermínio. Embora mencione Kant, ela associa o termo radical a ideias de extremo ou absoluto, algo que não se alinha exatamente com a visão de Kant. Ao tentar descobrir a origem da inclinação humana para o mal, Kant enfrenta a dificuldade de conciliar a natureza com a liberdade. Se aceitarmos que o mal é resultado de algum condicionamento natural, mesmo que seja uma fraqueza, isso levaria à conclusão de que o homem seria inimputável, pois

não poderia ser considerado verdadeiramente responsável (dado que não atua com liberdade) pelas ações que realizar.

Por razões evidentes, Kant rejeita essa interpretação, argumentando que, no ser humano, há uma inclinação para o mal que deve ser entendida como uma tendência deliberativa, ao invés de um impulso natural. Essa inclinação deliberativa se refere a uma tendência de deixar que fatores não morais, derivados de desejos ou inclinações pessoais, tenham mais peso do que as considerações morais que seguem o imperativo categórico. Este último exige que nossas máximas ou diretrizes de ação sejam passíveis de universalização para todos os agentes racionais. Assim, o conceito de mal radical em Kant não diz respeito a uma forma específica de mal ou suas expressões nas ações humanas, mas sim à base que torna possível todo tipo de mal moral. (Adriano Correia, 2014). Como observa Arendt;

E, se é verdade que, nos estágios finais do totalitarismo, surge um mal absoluto (absoluto, porque já não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis), também é verdade que, sem ele, poderíamos nunca ter conhecido a natureza realmente radical do Mal (Arendt, 1989, p. 13).

Diante do julgamento de Eichmann, um agente nazista que desempenhou um papel crucial na implementação da solução final, sendo responsável pela morte de milhões de pessoas, tanto judeus quanto não judeus. O réu foi capturado por Israel, em um subúrbio de Buenos, e foi levado ao tribunal na Corte Distrital de Jerusalém, nesse contexto, de acordo com Correia (2023), assim que o nazista Adolf Eichmann foi sequestrado na Argentina pelo serviço secreto de Israel e levado a Jerusalém para ser julgado, Hannah Arendt expressou a amigos seu interesse em acompanhar o processo e “assistir em carne e osso a um dos principais atores do totalitarismo”. Eichmann era o oficial encarregado da logística das deportações para os campos de extermínio. Para Arendt, assistir ao julgamento era um dever que tinha em relação ao seu passado.

Baseando-se nas informações contidas nos documentos do processo que foram divulgados à imprensa, o acusado mostrava-se surpreendentemente comum, apesar da gravidade de seus crimes. Ele era um homem que tinha dificuldades para se comunicar e frequentemente utilizava clichês; um burocrata eficiente cuja mediocridade culminou na morte de milhões. No entanto, não se tratava de um vilão clássico, mas sim de alguém que se empenhou em buscar conquistas pessoais a qualquer custo. Sua dedicação ao

cumprimento das ordens não era impulsionada por uma força maligna, e não podemos atribuir nenhum aspecto místico a suas ações; seus feitos eram, na verdade, o resultado de incapacidade de reflexão.

A cronologia dos fatos nos revela que, no começo de 1963, entre os meses de fevereiro e março, Adriano Correia (2023) nos conta que Arendt publicou uma longa reportagem na revista, na seção “*A reporter at large*”, intitulada “Eichmann em Jerusalém”. Mesmo antes da conclusão das cinco partes da publicação, a reportagem já havia causado grande polêmica. As principais críticas estavam relacionadas à afirmação de Arendt sobre a colaboração dos conselhos judaicos na intensificação do genocídio nazista.

Arendt assinalou que, apesar de os membros dos conselhos judaicos também serem vítimas, a fronteira entre perpetradores e vítimas foi intencionalmente ofuscada pelos nazistas. Isso levou muitos a acusá-la de insinuar que os judeus tinham parte na responsabilidade pelo próprio extermínio. Na visão de Arendt, a controvérsia se intensificou devido a uma campanha organizada pelo “establishment” judaico, comandada por organizações judaicas internacionais e incentivada por líderes de Israel. Ela acreditava que essa campanha tinha como objetivo distorcer a percepção de seu livro e desacreditá-lo, a fim de esconder a responsabilidade de altas autoridades israelenses na colaboração com os nazistas (Correia; Adriano, 2023).

Arendt decidiu lançar a reportagem como livro em maio de 1960, com algumas alterações e adicionando o subtítulo “*A report on the banality of evil*”, sobre isso Adriano Correia (2023) nos revela que a menção à colaboração dos conselhos judaicos causou um escândalo que durou mais de três anos. Além disso, a ideia da “banalidade do mal” — presente apenas no subtítulo e no parágrafo final do último capítulo da primeira edição — e a afirmação de que Eichmann “não era um ‘monstro’, mas sim um “palhaço” foram vistas por muitos como tentativas de diminuir a seriedade dos eventos e como uma ofensa ao sofrimento das vítimas. Arendt acreditava que essa interpretação era incorreta e que seu objetivo era mostrar como a banalidade do mal podia se manifestar em figuras aparentemente comuns. Sobre isso, Arendt (1999) afirma que:

Posso também imaginar muito bem que uma controvérsia autêntica poderia ter surgido do subtítulo do livro; pois quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento. Eichmann não

era nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de “se provar um vilão”. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E esse aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo. Foi precisamente essa falta de imaginação que lhe permitiu sentar meses a fio na frente do judeu alemão que conduzia o interrogatório da polícia, abrindo seu coração para aquele homem e explicando insistentemente como ele conseguira chegar só à patente de tenente-coronel da SS e que não fora falha sua não ter sido promovido. Em princípio ele sabia muito bem do que se tratava, e em sua declaração final à corte, falou da “reavaliação de valores prescrita pelo governo [nazista]”. Ele não era burro. Foi pura irreflexão — algo de maneira nenhuma idêntico à burrice — que o predis pôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é “banal” e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum. Certamente não é nada comum que um homem, diante da morte e, mais ainda, já no cadafalso, não consiga pensar em nada além do que ouviu em funerais a sua vida inteira, e que essas “palavras elevadas” pudessem toldar inteiramente a realidade de sua própria morte. Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos — talvez inerentes ao homem; essa é, de fato, a lição que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém. Mas foi uma lição, não uma explicação do fenômeno, nenhuma teoria sobre ele (Arendt, 1999, p. 172).

Nesse contexto, a natureza desse mal está muito mais inclinada para um problema moral, advindo justamente da falta de reflexão, que é uma atividade tão básica e significa justamente uma conversa consigo mesmo. O julgamento de Eichmann revelou ao mundo a existência de um tipo de mal distinto daquele mais conhecido e cunhado por Kant, ou seja, o mal radical.

Nas palavras de Souki (2022, p. 226), o que ela constata é que Eichmann não é único ou um caso isolado, pois havia muitos iguais a ele", e "a maioria não era nem perversos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais " (Arendt, 1983, p. 285).

Essas pessoas comuns a luz do pensamento de Arendt, se tornaram cúmplices dos governantes em um momento totalitário, aderindo em grande número, quando a moral claramente desabou. Segundo ela, o mal radical assume uma dimensão essencialmente política e pode ser visto como o mal supremo, pois ganha uma capacidade de proliferação.

Ela observa que “ele se espalha como um fungo e pode contaminar o mundo. Nessa situação, é extremo, mas não é radical, porque não tem raízes”. E por não ter raízes, sua proliferação ocorre na superfície, onde é visível e não tem limites.

Mesmo sem elaborar uma teoria sobre o que é a banalidade do mal, a autora faz referências que sinalizam para o problema. Longe de ser um conceito fácil de entender, embora ele frequentemente seja utilizado para descrever algo sem muita profundidade. A autora cunhou esse termo justamente para capturar aquilo que nenhum outro jornalista de fato conseguiu, descrever algo que não era tão evidente, mas que todos estavam experimentando. Para ela, falar da banalidade do mal é falar sobre «(...) algo bastante fatal, o fenômeno dos atos maus cometidos em proporções gigantescas, atos cuja raiz não iremos encontrar em uma espécie de maldade, patologia ou convicção ideológica do agente» (SOUKI, 1995, p. 106)

Adriano Correia (2023) relata que, no início de 1964, Arendt lançou uma segunda edição do livro, com correções e acréscimos. Entre os destaques, ela incluiu um pós-escrito destinado a esclarecer sua interpretação de Eichmann e a ideia da "banalidade do mal". Apesar disso, Arendt concentrou-se mais nas questões jurídicas. Em seu argumento, ela afirmava que Eichmann não possuía motivações diretas para seus atos e, embora ciente das consequências, nunca refletiu sobre o significado moral e político de suas ações. Arendt acreditava que a "falta de imaginação" foi o que predispsse Eichmann a se tornar um dos maiores criminosos de sua época, pois "nem com a maior boa vontade do mundo se pode encontrar qualquer profundidade diabólica ou demoníaca em Eichmann". O uso constante de linguagem burocrática e clichês, segundo Arendt, desconectava Eichmann da realidade e da compreensão de seu impacto. Ela enfatizava que essa desconexão e desapego poderiam causar mais devastação do que todos os maus instintos juntos.

No apêndice da obra *A Vida do espírito*, intitulado *Julgar*, Arendt nos orienta sobre o papel da imaginação. Na perspectiva de Betania Assy (2022), a imaginação desempenha um papel central tanto na forma como o ator percebe a ação, avaliando-a em termos de *práxis* e *lexis* em situações concretas, no espaço público, quanto na experiência do espectador, que se coloca na posição do outro. Isso acontece na medida em que ele compara seus próprios juízos não apenas com as avaliações diretas dos outros, mas também com as possíveis avaliações que poderiam ser feitas. Essa relevância da

imaginação, entendida como a habilidade de considerar a perspectiva alheia, pode ser apelidada de "imaginação ético-política". O espectador que realiza julgamentos precisa possuir a capacidade de "pensar no lugar de todos os outros", conforme Kant descreve a 'mentalidade alargada' (*erweiterte Denkungsart*) (Assy, 2022 *apud* Arendt, 2003, p. 275). Julgar sob essa mentalidade ampliada requer um treinamento constante da imaginação, esta que possibilita tal expansão. O termo "alargada" refere-se à compreensão do ponto de vista dos outros "Quanto mais posições de pessoas eu tiver presente em minha mente ao ponderar um lado do problema, e quanto melhor puder imaginar como eu sentiria e pensaria se estivesse em seu lugar mais forte será minha capacidade de pensamento representativo e mais validas atinhas conclusões finais, minha opinião" (Assy, 2022 *apud* Arendt, 2003, p. 299). Essa capacidade de desenvolver uma imaginação ético-política, advinda desse alargamento crítico e reflexivo, nos torna aptos a formular juízos críticos. Segundo Arendt, a ideia de mentalidade alargada é uma das contribuições mais significativas de Kant para a avaliação ética e política. Conforme Arendt;

O "alargamento do espírito" desempenha um papel crucial na Crítica do juízo. Ele é alcançado ao compararmos nosso juízo com o juízo possível dos outros, e não com seu juízo real; e ao nos colocarmos no lugar de qualquer outro homem". A faculdade que torna isto possível chama-se imaginação... O pensamento crítico é possível só onde os pontos de vista dos outros estão abertos à inspeção. O pensamento crítico, portanto, sendo ainda uma atividade solitária, não se exclui de "todos os outros"... Por meio da imaginação, ele torna os outros presentes, movendo-se, assim, potencialmente, em um espaço que é público, aberto a todos os lados; em outras palavras, adota a posição do cidadão kantiano do mundo. Pensar com a mentalidade alargada isto significa treinar nossa imaginação a visitar... (Arendt, 2000, p. 370).

Arendt também nos adverte que esse alargamento não é a mesma coisa que sentir empatia, "O truque do pensamento não consiste em uma empatia alargada," porque isso resultaria em um preconceito, e a fuga do preconceito é o esclarecimento, essa atividade necessitaria o uso do "pensar por si", nesse contexto, Assy (2022) afirma que é fundamental enfatizar que esse alargamento de nosso entendimento não resulta em uma compaixão indiscriminada nem em uma simples simpatia pelos interesses pessoais dos outros, como se estivesse embasada na capacidade de representar um amplo leque de conceitos privados. Além disso, o pensamento alargado não anula a divergência ou os conflitos; pelo contrário, ele afirma e expõe nossa individualidade, na medida em que

reflete nossa posição no espaço público, nossas fontes de indignação e como somos impactados pelo próximo, trazendo consigo um senso de responsabilidade.

No próximo capítulo, Banalidade do mal e barbárie, exploramos como a desumanização e a ausência de pensamento crítico permitem a perpetuação de atrocidades por indivíduos que se veem apenas como cumpridores de funções ordens.

3.2 - Banalidade do mal e barbárie

Na perspectiva de Arendt, a barbárie se distingue da violência convencional, pois sua devastação transcende o mero aspecto físico, afetando também a moralidade. Nesse cenário, a barbárie surge quando os indivíduos são desumanizados e perdem a capacidade de avaliar criticamente suas atitudes. O conceito de "banalidade do mal" ilustra essa modalidade de barbárie burocrática, na qual atrocidades são cometidas por pessoas que não se veem como más, mas simplesmente como "cumpridores de funções".

Arendt revela que o regime totalitário nazista conseguiu transformar a violência em uma prática burocrática, o que fez com que a responsabilidade individual se dissolvesse na complexa rede de ordens e normas. Eichmann, que se torna um exemplo significativo dessa nova forma de barbárie, era uma pessoa comum que, sem qualquer reflexão moral, participou ativamente do genocídio. Em conformidade com Arendt;

Eichmann afirmou mais de uma vez que seu talento organizacional, a coordenação de evacuações e deportações obtidas por seu departamento, havia de fato ajudado suas vítimas, havia facilitado seu destino. Se essa coisa tinha de ser feita, argumentava ele, era melhor que fosse feita em boa ordem. Durante o julgamento, ninguém, nem mesmo o advogado de defesa, prestou atenção a essa alegação, que era evidentemente da mesma categoria que sua tola e teimosa afirmação de ter salvado as vidas de centenas de milhares de judeus por meio da “emigração forçada”. E no entanto, à luz do que ocorreu na Romênia, a coisa é de se pensar. Aí também foi tudo uma mixórdia, mas não como na Dinamarca, onde até os homens da Gestapo começaram a sabotar as ordens de Berlim; na Romênia, até a SS ficou perplexa, e às vezes assustada, com os horrores dos pogroms espontâneos, antiquados, de escala gigantesca; muitas vezes eles intervieram para salvar judeus da mais pura barbárie, para que o assassinato pudesse ser feito de maneira que, segundo eles, era civilizada (Arendt, 1999, p. 116)

Para Adriano Correia (2023), Arendt sustenta que o que definia um crime contra a humanidade era, acima de tudo, a aniquilação da “natureza humana”. Isso envolve obstruir o ser humano em seu processo de se tornar “algo profundamente não-natural”, ou seja, um “ser humano”, como já mencionamos. Embora os campos de extermínio sejam um exemplo evidente, não são, de longe, a única forma de criar superfluidade. Essa superfluidade surge quando há a remoção dos elementos essenciais que constituem uma vida humana em meio a outros indivíduos, tais como os direitos mutuamente garantidos, os costumes e princípios coletivos, além do espaço de visibilidade que possibilita a afirmação e a expressão da singularidade de cada pessoa por meio da fala e da ação (Correia, 2023, p. 128).

Esse fenômeno é estabelecido a partir da relação entre o mal e a política, parafraseando Adriano Correia (2014) embora a temática do mal tenha sido discutida na história da filosofia sob a perspectiva da teologia, teodiceia ou filosofia moral, é fundamental entender a reflexão de Arendt sobre o mal considerando que, para ela, a “banalidade do mal” se manifesta principalmente como um mal de natureza ética e política. De um lado, a banalidade do mal refere-se a uma constante falta de reflexão, ao abandono por parte do indivíduo de sua própria capacidade de pensar. Por outro lado, está ligada à vulnerabilidade das massas, vistas tanto como resquício da produção capitalista quanto como resultado da dominação totalitária. Um ponto crucial para Arendt é destacar que a falta de reflexão, que muitas vezes parece inofensiva na política, adquire um caráter

devastador nas sociedades de massas. Nesses contextos, essa falta de pensamento é estimulada, e a adesão dos que se deixam levar é cuidadosamente direcionada para servir como uma força propulsora da estrutura burocrática do Estado moderno. Mesmo que o cuidado consigo mesmo não se traduza em um cuidado pelo mundo, nas sociedades modernas de massas, a negligência em relação a si mesmo sempre representa um risco potencialmente catastrófico para o mundo (Correia, 2014).

CONSIDERAÇÃO FINAL

Ao explorar a temática da banalidade do mal na era digital e analisando os casos relacionados às redes sociais sob a ótica dos conceitos de Arendt, percebe-se que esse ambiente virtual muitas vezes favorece o surgimento do totalitarismo e atua como um meio para a propagação da barbárie. Isso se evidencia em seu papel na difusão de mentiras organizadas, no discurso de ódio que se oculta sob a justificativa da liberdade de expressão, além da prática de perseguições sistemáticas, tanto no formato tradicional (bullying) quanto no virtual (cyberbullying), cuja incidência cresce de forma alarmante a cada dia, além de criar sujeitos singulares cada vez mais atomizados.

H. Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, discute como a propaganda totalitária é crucial para conquistar as massas. Ela destaca que, enquanto a verdade pode, em certas circunstâncias, promover um espaço de opinião livre na esfera pública, a propaganda totalitária destrói esse espaço. Os movimentos totalitários, mesmo em contextos não totalmente dominados, precisam utilizar propaganda para se comunicar com o público, incluindo segmentos não doutrinados de sua própria população e o exterior. Arendt ilustra isso com exemplos de discursos de Hitler, que empregava grandes mentiras para manipular e conquistar apoio. Além disso, ela atribui o surgimento e a propagação dos regimes totalitários às transformações sociais da revolução industrial, como a urbanização e o desenraizamento das pessoas.

Assim, a autora discute o papel da propaganda como padrão de comunicação política, ressaltando que a propaganda totalitária rompe com a veracidade dos fatos na

esfera pública e prejudica a política. H. Arendt observa que, para os movimentos totalitários, a propaganda é dirigida a um público externo e interna, visando segmentos da população que não foram suficientemente doutrinados. A sociedade de massa, surgida da revolução industrial, é vista como o solo fértil para os regimes totalitários, que se fundamentaram no desenraizamento e na coletivização de áreas essenciais da vida. A propaganda, juntamente com o terror, é fundamental para o controle da população. O terror, presente em campos de concentração, é um traço definidor do totalitarismo, mantém a dominação mesmo quando a resistência parece não existir. Arendt destaca que, no nazismo, o uso do terror superou o da propaganda, mostrando à massa o perigo de pertencer a partidos opositores. O cientificismo serve como base para a propaganda totalitária, manipulando as massas por meio de técnicas comportamentais. A propaganda política se fortalece nas redes sociais, onde *fake news* e narrativas falsas permeiam a percepção da realidade e influenciam comportamentos. Isso leva à desconfiança, minando a verdade e reforçando estruturas de poder por meio de ideologias, como no caso do nazismo.

Por meio da análise qualitativa bibliográfica, permitiu notar que o Brasil ocupa a 2ª posição no mundo em casos de cyberbullying, com 29% das ocorrências, atrás apenas da Índia, com 37%. Um estudo do Instituto Ipsos entrevistou 20.793 pessoas em 28 países e mostrou um aumento dos casos nos últimos anos. Em 2023, o governo federal publicou um relatório sobre ataques a escolas, revelando que entre 2002 e 2023 houve 36 ataques, indicando que as escolas são ambientes de violência, onde o bullying é uma das causas que contribuem para essa situação. Apesar de a perseguição sistemática ser um fator relevante, a violência extrema nas escolas é resultado de múltiplas causas, e não deve ser atribuída apenas a problemas de saúde mental dos agressores.

O Brasil é o segundo país no mundo com mais casos de cyberbullying, apresentando 29% de ocorrências, atrás apenas da Índia com 37%, conforme um estudo do Instituto Ipsos. A pesquisa, que entrevistou 20.793 pessoas em 28 países, revela um aumento nos casos nos últimos anos. Em 2023, o governo federal publicou um relatório analisando ataques a escolas, mostrando que de 2002 a 2023 ocorreram 36 ataques. O ambiente escolar é considerado violento, e o bullying é um dos fatores que contribui para essa violência, embora não seja a única causa.

O bullying, caracterizado como perseguição sistemática, impacta problemas mais amplos, mas seu surgimento em contextos de violência extrema requer múltiplas explicações. A motivação para esses ataques não depende apenas de problemas de saúde mental dos agressores. Além disso, os ataques a escolas são frequentemente crimes por imitação, e o aumento do cyberbullying, ligado ao uso inadequado de tecnologias, agrava a situação. O cyberbullying é definido como o uso da tecnologia para intimidar, frequentemente por meio de redes sociais, com o objetivo de envergonhar ou prejudicar a vítima.

As consequências do cyberbullying são severas, refletindo-se em violência extrema, como ataques a escolas. Os efeitos sobre as vítimas incluem problemas mentais, emocionais e físicos. De acordo com a UNICEF, 37% dos brasileiros relatam ter sido vítimas de cyberbullying, sendo as redes sociais, especialmente o Facebook, o principal local de ocorrência. O anonimato e as dinâmicas sociais contribuem para a banalização do bullying. Além disso, a exposição precoce nas redes sociais, sem supervisão, torna crianças e adolescentes mais vulneráveis a esses comportamentos. O marco legal brasileiro sobre bullying foi estabelecido pela Lei nº 13.185/2015, que define bullying como atos de violência intencional e repetitiva. Então, é importante distinguir entre brincadeiras comuns e ofensas, pois o bullying representa uma perda significativa para o ambiente escolar.

Em relação à educação, Hannah Arendt discute a crise educacional, afirmando que a autoridade de um grupo de crianças pode ser mais opressiva do que a de um único indivíduo. Seu trabalho sugere que o bullying se relaciona à dinâmica de grupos e à opressão que as crianças sofrem nesse contexto. A reflexão de Arendt sobre a crise educacional destaca a importância de lidar com essas questões de forma construtiva e reconhecendo as lacunas nas abordagens atuais.

Com relação à expressão "banalidade do mal", foi introduzida por Hannah Arendt em seu livro "Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal", escrito em 1961. A autora acompanhou o julgamento do oficial nazista Eichmann, capturado e levado a julgamento em Jerusalém. O livro gerou controvérsias, especialmente quando Arendt denunciou a participação de líderes judeus na solução final, causando mal-estar na comunidade. Ela foi acusada de amenizar a figura de Eichmann, descrevendo-o como um "nada sádico pervertido". A autora destaca a manipulação da verdade em tempos de

crise, discutindo como interesses políticos distorcem ou suprimem informações em prol de objetivos específicos. Arendt enfatiza que a verdade é frequentemente substituída por narrativas que servem a propósitos políticos, não apenas em regimes autoritários, mas também em democracias modernas. Ela destaca que a manipulação da verdade não se limita à propaganda, mas também representa um exercício de poder. A autora aborda a tensão entre verdade e política, utilizando Platão para contextualizar a relação entre a verdade filosófica e a opinião pública. Arendt discute que a verdade filosófica é muitas vezes marginalizada pela opinião na esfera política, gerando conflitos significativos. A autora ressalta a importância de distinguir entre a verdade e a opinião para evitar a manipulação sistemática.

O contraste entre verdade e opinião é central na reflexão filosófica sobre política, no ensaio “Verdade e Política”, a autora dialoga com Platão, destacando a importância do diálogo em busca da verdade contra a retórica usada para persuadir as massas. A política é marcada pela utilização da mentira ao longo da história, visando controlar a opinião pública e manter o poder. Arendt aborda a política como um campo onde a verdade factual é essencial para o diálogo político, evitando a manipulação e a disseminação de notícias falsas. A exposição dos Documentos do Pentágono revela a utilização da mentira na guerra do Vietnã para manter a imagem de superpotência. Com a ascensão das redes sociais, a disseminação de fake news se torna um problema central na política contemporânea, com a manipulação da opinião pública através de informações falsas. A mentira é uma ferramenta poderosa na política, utilizada para influenciar a percepção das pessoas e manter o poder. A discussão em torno das fake news se amplia, destacando a necessidade de discernir entre informações verdadeiras e falsas com propósitos políticos fraudulentos. A questão da manipulação da verdade factual nas esferas política e midiática se torna crucial para a compreensão da dinâmica do poder e da influência na sociedade atual. A reflexão sobre a relação entre verdade, política e comunicação destaca a importância da transparência e da responsabilidade na disseminação de informações, visando garantir a integridade do debate público e a construção de uma sociedade fundamentada na verdade e na ética.

As *fake news* têm desempenhado um papel significativo no cenário político, juntamente com a disseminação do antissemitismo e teorias da conspiração. Um exemplo proeminente é o livro “Protocolos dos Sábios do Sião”, uma obra conspiratória que

promove um suposto plano judaico-comunista de dominação global. Esse material, amplamente difundido no âmbito do antissemitismo, foi utilizado para incitar o ódio contra os judeus e serviu de base para a propaganda antijudaica dos nazistas.

A controvérsia em torno dos Protocolos dos Sábios do Sião remonta à sua origem, que se acredita ter sido uma falsificação criada pela polícia secreta czarista para combater ideias revolucionárias, particularmente após a Revolução de 1905. Apesar de várias edições e versões do livro terem circulado desde sua publicação inicial em 1903, é amplamente reconhecido que se baseia em uma fraude. A obra faz referências a textos anteriores, como a sátira de Maurice Joly, que criticava Napoleão III, e apresenta palavras atribuídas a Maquiavel para construir a narrativa de um plano de dominação global. Adolf Hitler se aproveitou dos Protocolos para culpar os judeus por problemas da humanidade, incluindo guerras, revoluções e crises financeiras. No Brasil, o Plano Cohen exemplifica como falsificações semelhantes foram utilizadas para instaurar regimes totalitários, como no golpe de 1937 que resultou no Estado Novo sob Getúlio Vargas. Nos tempos modernos, as redes sociais desempenham um papel crucial na propagação de fake news e teorias conspiratórias, que muitas vezes são consumidas pela massa sem questionamento. O uso dessas plataformas para disseminar desinformação contribui para o cyberbullying e serve como arma de campanhas difamatórias, como no caso do "Gabinete do Ódio" no Brasil, onde perfis falsos eram usados para atacar opositores políticos com informações enganosas. A manipulação digital e a disseminação de fake news continuam a representar desafios significativos para a sociedade contemporânea, resultando em um ambiente onde a desinformação é disseminada rapidamente e sem restrições, propiciando o surgimento dos discursos de ódio nas mídias digitais. É essencial que os indivíduos estejam vigilantes e empreguem pensamento crítico ao consumir informações, especialmente nas plataformas digitais, a fim de combater a propagação de informações falsas e garantir um debate político saudável e baseado em fatos.

A liberdade de expressão proporcionada pelas redes sociais criou uma falsa noção de que a internet é uma terra sem lei, na qual o anonimato gerou bolhas sociais incapazes de compreender diferenças. Grupos se formam em torno das mesmas ideologias em apps de mensagens ou redes sociais, criando um ambiente propício ao mal, incluindo totalitarismo, discurso de ódio e intolerância.

Hannah Arendt aborda o conceito de "mal radical", ligado ao totalitarismo, onde indivíduos se tornam supérfluos e descartáveis. Regimes totalitários buscam controlar a população, eliminando a individualidade. Arendt destaca a banalidade do mal, observada levando em consideração o caso do nazista Adolf Eichmann. Ao acompanhar seu julgamento em Jerusalém, Arendt identifica que Eichmann não era um vilão clássico, mas alguém comum que cumpria ordens sem refletir.

Kant aborda o mal como uma inclinação deliberativa para desconsiderar a lei moral em prol de desejos pessoais, o mal radical, em sua obra *A religião nos limites da simples razão*, não se refere a expressões específicas de mal, mas sim à base que permite qualquer mal moral. Arendt, ao escrever sobre Eichmann, na obra *Eichmann em Jerusalém*, destaca a responsabilidade dos conselhos judaicos na colaboração com os nazistas, provocando polêmica e críticas, posto isso, em *Origens do totalitarismo*, a autora destaca que os regimes totalitários tentam eliminar a pluralidade humana, revelando um mal absoluto que desafia a compreensão. A banalidade do mal, representada por Eichmann, mostra como atos extremos podem ser realizados por indivíduos comuns em contextos específicos. Arendt também confronta a responsabilidade dos conselhos judaicos no Holocausto, apontando para a complexidade do envolvimento de diferentes grupos na tragédia.

A autora nos revela que a menção de *Eichmann em Jerusalém* sobre a colaboração dos conselhos judaicos causou um escândalo que durou mais de três anos. Além disso, a ideia da "banalidade do mal" e a afirmação de que Eichmann "não era um 'monstro', mas sim um palhaço" foram mal interpretadas por muitos como uma tentativa de minimizar a gravidade dos eventos e ofender as vítimas.

Arendt buscava mostrar como a banalidade do mal podia se manifestar em figuras aparentemente comuns. Em uma segunda edição do livro, a autora fez correções e acréscimos, concentrando-se mais em questões jurídicas. Ela argumentava que Eichmann não tinha motivações diretas para seus atos e nunca refletiu sobre o significado moral e político de suas ações. A falta de imaginação de Eichmann foi apontada por Arendt como o motivo que o levou a se tornar um dos grandes criminosos de sua época. A linguagem burocrática e clichês utilizados por Eichmann o desconectavam da realidade e do impacto de suas ações. Em um apêndice de outra obra, intitulado *Julgar*, Arendt discute o papel da imaginação na ética e política. A capacidade de pensar no lugar de todos os outros,

conforme Kant descreve, é fundamental para realizar julgamentos com uma mentalidade alargada.

No posfácio da *Vida do espírito*, Mary McCarthy destaca que Hannah Arendt faleceu de forma inesperada no dia 4 de dezembro de 1975. Era uma quinta-feira à noite, e ela estava recebendo amigos em sua residência. No sábado anterior, havia concluído "O Querer", a segunda parte de *A Vida do Espírito*. Semelhante a *A Condição Humana*, seu trabalho anterior, a obra foi organizada em três seções. Enquanto *A Condição Humana*, que possui o subtítulo *A Vita Activa*, se dividiu em "trabalho", "obra" e "ação", *A Vida do Espírito*, conforme seu planejamento, era composta por "O Pensar", "O Querer" e "O Julgar", que representavam as três atividades fundamentais da vida espiritual segundo sua visão. A distinção existente na Idade Média entre a vida ativa do ser humano no mundo e a vida contemplativa solitária estava, sem dúvida, presente em seu raciocínio. Contudo, para Arendt, aquele que pensa, quer e julga não é um isolado por escolha monástica, mas sim o indivíduo comum, capaz de, de tempos em tempos, afastar-se para a esfera invisível do espírito McCarthy (2000).

No apêndice da obra *A vida do espírito*, intitulada O julgar, em que Arendt faz referência a Kant em relação a questão da imaginação ético-política pois é esse alargamento crítico que nos torna capazes de formular juízos críticos. Arendt destaca que esse alargamento não se trata de sentir empatia, mas sim de pensar por si mesmo e considerar os pontos de vista de maneira ampla e pública. O pensamento crítico, movido pela imaginação, permite que os outros estejam presentes em nossas reflexões, e nos leva a adotar a posição do cidadão do mundo proposta por Kant. Assim, o pensamento com essa mentalidade alargada nos permite enfrentar conflitos, manter nossa individualidade e assumir responsabilidades em relação às nossas ações e ao próximo.

No texto *A Crise na Educação*, Hannah Arendt aborda a necessidade de cuidar e proteger as crianças, enfatizando que a infância é um período crucial para o desenvolvimento pleno, tanto intelectual quanto emocional. Essa reflexão se torna ainda mais pertinente no contexto brasileiro atual, onde as crianças enfrentam desafios significativos nas redes sociais, como o cyberbullying, discursos de ódio e a disseminação de fake news. Arendt nos leva a considerar a importância de estabelecer mecanismos de proteção que garantam um ambiente seguro, tanto no mundo físico quanto no digital, pois a exposição precoce a conteúdos agressivos pode comprometer o desenvolvimento saudável e a capacidade de

interação das crianças. Assim, é fundamental que pais, educadores e a sociedade assumam a responsabilidade de criar espaços acolhedores e seguros, onde a infância possa florescer.

Nesse cenário, a discussão sobre o uso de celulares nas escolas brasileiras se torna essencial. Em um país marcado por desigualdade social e violência, a escola deve ser um refúgio, um local onde as crianças possam vivenciar a pluralidade de vozes e o diálogo direto. Ao incentivar interações face a face, abre-se a possibilidade de construir laços sociais autênticos, promovendo a empatia e a solidariedade, que são fundamentais para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e responsável. Gerenciar o uso de dispositivos móveis pode ser visto como um ato de cuidado, uma forma de proteger a infância da corrosão que a cultura digital frequentemente impõe. Ao estimular as crianças a se desconectarem das distrações e interações virtuais durante o horário escolar, cria-se um ambiente propício para que elas desenvolvam habilidades sociais essenciais para a convivência em sociedade. Essa abordagem transcende a mera regulamentação; trata-se de uma oportunidade para educar sobre a responsabilidade que acompanha a liberdade de expressão, tanto no mundo físico quanto no digital.

Diante disso, uma possível resposta ao problema do bullying, o cyberbullying e a disseminação de fake news nas escolas é a implementação de programas de educação digital e ética nas redes sociais, que poderiam incluir oficinas e debates sobre a importância da empatia, do respeito e da verificação de informações antes de compartilhar conteúdo. Ao capacitar as crianças a reconhecerem e reagirem de forma crítica a informações falsas e comportamentos agressivos, promove-se uma cultura de responsabilidade e respeito nas interações online. Essa reflexão convida à análise crítica do papel da tecnologia na vida das crianças brasileiras. Em um contexto em que a violência e a exclusão social são preocupações constantes, promover um ambiente escolar mais seguro pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos. Alinhando-se ao pensamento de Arendt sobre a necessidade de proteger e cuidar das crianças em todas as esferas de suas vidas, a educação se transforma em um espaço não apenas de transmissão de conhecimento, mas de formação ética e política. Assim, as crianças aprendem a navegar nas complexidades do mundo contemporâneo com responsabilidade e humanidade, preparando-se para se tornarem agentes de mudança em uma sociedade que ainda enfrenta desafios significativos.

REFERÊNCIAS

CORREIA, ADRIANO, *et al.* (Ed.). **Dicionário Hannah Arendt**. 1ª. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.

AGUIAR, O. A. **Veracidade e propaganda em Hannah Arendt**. Cadernos de Ética e Filosofia Política. ed. [S.l.]: [s.n.], 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/416/Veracidade%20e%20propaganda%20em%20Hannah%20Arendt.pdf>>.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de tradução José Rubens. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Tradução de Cesar Augusto R. de Almeida, Helena Martins Antônio Abranches. 4. ed. Rio de Janeiro : Relume-Dumará: [s.n.], 2000.

_____. **Crises da República**. Tradução de José Volkmann. 3ª. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. **ENTRE O PASSADO E O FUTURO**. Tradução de Mouro W. Barbosa. 8ª. ed. São Paulo: PERSPECTIVA LTDA, 2016.

BARBOSA, S. **Verdade, política e fake news: reflexão à luz da obra de Hannah Arendt**. [S.l.]: [s.n.], v. 07, 2020. ISBN 03-15.

BRASIL. MEC tem medidas para enfrentar ações de violência nas escolas. **Ministério da Educação**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-tem-medidas-para-enfrentar-acoes-de-violencia-nas-escolas>. Acesso em: 29 novembro 2024.

BRASIL. **ATAQUES ÀS ESCOLAS NO BRASIL: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental**. Brasília-DF: [s.n.], 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>>. Acesso em: 30 novembro 2024.

CORREIA, A. **O CONCEITO DE MAL RADICAL**. São Paulo: [s.n.], 2005. 83–94 p. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/DXnwsTDktw6GZmhFvzKsfht/?lang=pt#>>. Acesso em: 1 dezembro 2024. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732005000200005>.

CORREIA, A. **Curso de Extensão Arendt contra Kant: o problema do mal**. Londrina: UEL, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rU0nfygOyuM>>. Acesso em: 22 maio 2023.

CORREIA, A. O caso Eichmann – Hannah Arendt e as controvérsias jurídicas sobre o julgamento. São Paulo: Edições 70, 2023. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/o-caso-eichmann-hannah-arendt-e-as-controversias-juridicas-sobre-o-julgamento/>>.

CORREIA, A. **Os perigos da mentira na vida política segundo Hannah Arendt - Adriano Correia - Filósofo – UFG**. [S.l.]: Central Filosófica, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=s-3lfrPkhvw>>. Acesso em: 24 novembro 2023.

BRITO, R. **Hannah Arendt**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/11/Verbete-Hannah-Arendt.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

DINIZ, N. S. **A Banalidade do mal em Hannah Arendt**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-BENTA2/1/a_banalidade_do_mal_em_hannah_arendt.pdf>. Acesso em: 21 setembro 2024.

EISNER, W. **O COMPLÔ: A HISTORIA SECRETA DOS PROTOCOLOS DOS SABIOS DO SIÃO**. Tradução de Umberto Eco. 2006: Companhia das Letras, São Paulo.

FÁBIO ABREU DOS PASSOS, *et al.* (Ed.). **CADERNOS ARENDT Revista de Filosofia**. [S.l.]: UFPI, 2023. ISSN: 2675-4835.

INSTITUTO IPSOS. ipsos.com. **Global Views on Cyberbullying**, 2018. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/en/global-views-cyberbullying>>. Acesso em: 30 novembro 2024.

KANT, I. Os Pensadores. In: CIVITA, V. **CRITICA DA RAZAO PURA**. 1ª. ed. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

KANT, I. **A RELIGIÃO NOS LIMITES DA SIMPLES RAZÃO**. [S.l.]: Edições 70, 1992.

KARINE DE SOUZA SANTOS, *et al.* **A Banalização do Mal e a Representação dos Discursos de Adolescentes**. [S.l.]: [s.n.], 2021.

MÁRCIA JUNGES, A. C. **Totalitarismo – O filho bastardo da modernidade**. Edição 438. ed. São Leopoldo - RS: IHU On-Line, 2014. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5393-adriano-correia-silva>>. Acesso em: 21 novembro 2024.

MOTTA, R. P. S. **O MITO DA CONSPIRAÇÃO JUDAICO-COMUNISTA**. São Paulo: Revista de História, 1998. 93–105 p. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18845/20908/>>.

MOURA, T. C. B. F. D. **A BANALIDADE DO MAL ENTRE O DIREITO E A INTERNET: O DISCURSO DE ÓDIO A PARTIR DE UMA RELEITURA ARENDTIANA NAS REDES DE RELACIONAMENTO SOCIAL**. Belo Horizonte: [s.n.], 2022. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/47862>>. Acesso em: 24 novembro 2023.

NOORIALLAI NOORI, A. S. G. A. International Journal Of Humanities Education and Social Sciences (IJHES). **The Negative Impact of Social Media on Youth's Social Lives**, 3, 28 agosto 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/373627841_The_Negative_Impact_of_Social_Media_on_Youth's_Social_Lives>. Acesso em: 30 novembro 2024.

RIO, P. **Introdução à Filosofia**. [S.l.]: CCEAD PUC-Rio, 2016. Disponível em: <http://research.ccead.puc-rio.br/sites/fil1000/wp-content/uploads/sites/12/2017/03/aula01_thauma.pdf>. Acesso em: 04 maio 2024.

ROSENFELD, A. **Mistificações literárias: os protocolos dos Sábios de Sião**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

UNESCO. **Behind the numbers: ending school violence and bullying**. Franca: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366483>>. Acesso em: 28 novembro 2024.

UNICEF. **UNICEF: um terço dos jovens em 30 países relata ser vítima de bullying online**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/84103-unicef-um-ter%C3%A7o-dos-jovens-em-30-pa%C3%ADses-relata-ser-v%C3%ADtima-de-bullying-online>>. Acesso em: 28 novembro 2024.